



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS APLICADOS
MESTRADO PROFISSIONAL EM PLANEJAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ROBERTA DE CARVALHO CESAR

O ADOECIMENTO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SOBRAL/(CE): PREVENÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

FORTALEZA – CEARÁ

2022

ROBERTA DE CARVALHO CESAR

O ADOECIMENTO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SOBRAL/(CE): PREVENÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas.
Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves.

FORTALEZA – CEARÁ

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Sistema de Bibliotecas

Cesar, Roberta de Carvalho.

O adoecimento docente na Rede Municipal de Educação de Sobral/ (CE): prevenção e políticas públicas [recurso eletrônico] / Roberta de Carvalho Cesar. - 2022.

81 f. : il.

Dissertação (MESTRADO PROFISSIONAL) - Universidade Estadual do Ceará, Centro de Estudos Sociais Aplicados, Curso de Mestrado Profissional Em Planejamento E Políticas Públicas - Profissional, Fortaleza, 2022.

Orientação: Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves.

1. Adoecimento docente. 2. Sobral. 3. Condições de trabalho.. I. Título.

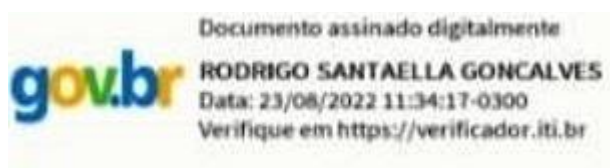
ROBERTA DE CARVALHO CESAR

O ADOECIMENTO DOCENTE NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SOBRAL/(CE): PREVENÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Planejamento e Políticas Públicas. Área de concentração: Planejamento e Políticas Públicas.

Aprovado em: 16 / 08 / 2022.

BANCA EXAMINADORA

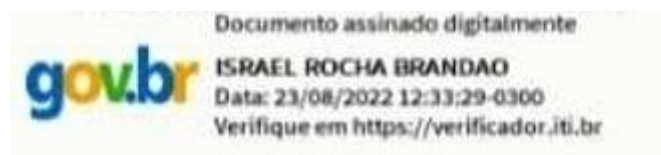


Prof. Dr. Rodrigo Santaella Gonçalves (Orientador)

Universidade Estadual do Ceará – UECE

Profa. Dra. Isaurora Cláudia Martins De Freitas

Universidade Vale do Acaraú – UVA



Prof. Dr. Israel Rocha Brandão

Universidade Vale do Acaraú – UVA

Dedico essa dissertação a todos os professores espalhados Brasil afora, que mesmo adoentados, desacreditados e desassistidos pelo poder público, ainda seguem firmes acreditando num amanhã mais justo e humano para todos.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a meu estimado esposo, companheiro e amigo Freire, que nunca me deixa desistir. Obrigado por dividir comigo a jornada do mestrado e da maternidade dupla. Obrigado por acalantar, acalmar e cuidar dos nossos pequeninos enquanto eu tinha que me reclugar para cumprir os prazos acadêmicos.

Aos meus amados, Caio e Maria Eduarda, pequenos seres que ocupam um lugar onde o amor não pode ser medido, antes de vocês eu não sabia do que o amor era capaz. Saibam que vocês são a materialização de um grande sonho realizado.

Aos meus pais e, sobretudo, à minha mãezinha, pois, com as suas orações poderosas constrói um guarda-chuva de proteção familiar, e que incondicionalmente vibra por cada conquista minha.

Ao meu orientador, Rodrigo Santanella, pelo exemplo de profissionalismo e comprometimento com seus orientandos, pelo pesquisador virtuoso que és, pelos ensinamentos valiosos, pela ética, pela técnica, pela paciência e palavras de encorajamento, e principalmente por acreditar que em meio a uma pandemia seria possível chegarmos até o fim.

Aos professores que concederam as entrevistas para essa pesquisa, pela confiança e compartilhamento de suas experiências.

Aos meus colegas de trabalho, que diariamente lutam por uma educação que faz a diferença na vida das pessoas Brasil afora.

À banca examinadora, Prof^o Dr. Israel Brandão e Prof^a Dra. Isaurora Claudia, por aceitarem participar da banca que avaliou esse trabalho e pelas correções que foram preciosos ensinamentos sobre essa temática que é inestimável.

“Pedra, pau, espinho e grade
No meio do caminho tinha uma pedra
Mas a ousada esperança
de quem marcha cordilheiras
triturando todas as pedras
da primeira à derradeira
de quem banha a vida toda
no unguento da coragem
e da luta cotidiana
faz do sumo beberagem
topa a pedra pesadelo
é ali que faz parada
para o salto e não o recuo
não estanca os seus sonhos
lá no fundo da memória,
pedra, pau, espinho e grade
são da vida desafio.
E se cai, nunca se perdem
os seus sonhos esparramados
adubam a vida, multiplicam
são motivos de viagem”.

(Conceição Evaristo, 2008).

RESUMO

Com o advento das novas tecnologias e evolução da ciência, o mundo do trabalho foi extremamente afetado. Com efeito, nesta pesquisa trazemos à luz a problemática enfrentada pelos trabalhadores da educação, nessa nova dinâmica os mesmos tem se deparado com complexas dinâmicas para o cumprimento dos objetivos traçados pelos sistemas educacionais. Dinâmicas essas que tem levado essa categoria ao adoecimento físico e psíquico. Para tanto, o presente estudo se propões a analisar a relação saúde/doença e as condições de trabalho dos docentes da rede municipal de ensino de Sobral/Ce. O município pesquisado é considerado modelo de atuação no desenvolvimento da educação básica em todo o país, segundo o Ministério da Educação e Cultura (MEC). Para que fosse possível atingirmos o objetivo proposto, foram utilizados como fontes de informações, pesquisa bibliográfica e a valorosa contribuição de 90 professores respondendo um questionário, e 18 professores participando de entrevistas, por meio deles foi possível reunirmos elementos significativos no trabalho realizado pelos docentes, conhecer suas queixas e sintomas psicológicos e físicos relacionados ao adoecimento no trabalho. Os resultados das análises estatísticas nos proporcionaram detectar que na rede existem indícios de queixas associadas ao adoecimento, bem como uma grande insatisfação salarial, necessidade de complementação de renda extra, pressão por cumprimento de metas de aprendizagem e adoecimento mental (síndrome de burnout, síndrome do pânico e /ou alto estresse). Mas também encontramos uma rede onde os professores se dizem satisfeitos e motivados com a profissão que exercem.

Palavras-chave: Adoecimento docente. Sobral. Condições de trabalho.

ABSTRACT

With the advent of new technologies and the evolution of science, the world of work has been extremely affected. In fact, in this research we will bring to light the problems faced by educational workers in this new dynamic they have been faced with complex dynamics to meet the goals set by the educational systems. These dynamics have led this category to physical and mental illness. To this end, the present study aims to analyze the health/disease relationship and the working conditions of teachers in the municipal school system of Sobral. The municipality studied is considered a model of performance in the development of basic education throughout the country, according to the Ministry of Education and Culture (MEC). In order to achieve the proposed objective, the sources of information used were bibliographic research and the valuable contribution of 90 teachers who answered a questionnaire, and 18 teachers who participated in interviews, through which we were able to gather significant elements in the work carried out by teachers, to learn about their complaints and psychological and physical symptoms related to work-related illness. The results of the statistical analysis allowed us to detect that in the network there is evidence of complaints associated with illness, as well as dissatisfaction with salaries, the need to supplement extra income, pressure to meet learning goals, and mental illness (burnout syndrome, panic syndrome, and/or high stress). But we also found a network where teachers say they are satisfied and motivated with the profession they exercise.

Keywords: Teacher's illness. Sobral. Working conditions.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam.....	15
Figura 2 –	Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada.....	15
Figura 3 –	Municípios que preveem no plano de carreira do Magistério dois terços de carga horaria para atividades em sala de aula.....	48
Quadro 1 –	Caracterização da matrícula da rede municipal de ensino de Sobral.....	47

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Rede de Ensino, Condições de Trabalho, Relações no Trabalho e Saúde e Situação de saúde-doença e a promoção da saúde.....	51
Tabela 2 – Distribuição total dos dados profissionais de professores atuantes na rede de Sobral.....	52
Tabela 3 – Distribuição das modalidades de ensino.....	54
Tabela 4 – Já precisou se afastar do trabalho por motivos de saúde?.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Com quantitativo de todos os profissionais que estão exercendo função na educação municipal.....	35
Gráfico 2 –	Evolução do IDEB.....	48
Gráfico 3 –	Distorção idade-série, Sobral, 2006 a 2020.....	49
Gráfico 4 –	Há quanto tempo trabalha como professor na rede municipal de ensino de Sobral?.....	54
Gráfico 5 –	Tipo de vínculo.....	56
Gráfico 6 –	Tempo de trabalho.....	57
Gráfico 7 –	Seu horário de trabalho extrapola seu contrato?.....	58
Gráfico 8 –	Você tem tempo para planejar e/ou estudar?.....	59
Gráfico 9 –	Seu salário valoriza seu trabalho?.....	61
Gráfico 10 –	Você complementa sua renda com atividades extras?.....	62
Gráfico 11 –	Suas condições de trabalho são adequadas?.....	63
Gráfico 12 –	Como se classifica seu nível de satisfação no trabalho?.....	64
Gráfico 13 –	Sente-se reconhecido no seu local de trabalho?.....	65
Gráfico 14 –	Em geral qual seu sentimento ao ir para o trabalho?.....	66
Gráfico 15 –	Distribuição das respostas relacionadas ao que motiva a vida profissional dos professores.....	68
Gráfico 16 –	Já se afastou do trabalho por alguma dessas doenças?.....	69
Gráfico 17 –	Na instituição onde trabalha existe discussão sobre adoecimento docente?.....	72
Gráfico 18 –	Já participaram de uma formação promovida pela Secretaria de Educação, cuja temática foi a Saúde física e emocional do professor.....	73
Gráfico 19 –	Existe serviço de orientação educacional (Psicólogos) na sua escola.....	74

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

ANA	Avaliação Nacional da Alfabetização
CNS	Conselho Nacional de Saúde
CHS	Ciências Humanas e Sociais
CF	Constituição Federal de 1988
CNTE	Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
GEPEB	Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estresse e Burnout da Pontifícia Universidade Católica do Paraná
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
LPT/UnB	Laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNE	Plano Nacional de Educação
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Educação de Sobral
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	METODOLOGIA.....	21
2.1	<i>Lócus da pesquisa.....</i>	22
3	A RELAÇÃO SAÚDE-DOENÇA E AS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO	24
3.1	Saúde e Trabalho.....	28
3.2	A precarização profissional e a educação.....	30
3.3	O trabalho e o adoecimento docente no Brasil.....	33
4	CONTEXTO EDUCACIONAL DE SOBRAL.....	43
4.1	Contexto histórico e político da reforma educacional em Sobral.....	44
4.1.1	Estratégias de enfrentamento aos baixos rendimentos de aprendizagem.....	46
4.2	Caracterização e dados educacionais.....	47
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	51
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
	REFERÊNCIAS.....	78

1 INTRODUÇÃO

O Brasil é um país com grandes riquezas naturais e econômicas, estando entre os mais populosos do mundo, mesmo assim, apresenta seríssimos problemas sociais, educacionais e econômicos. O que leva a um desenvolvimento de uma sociedade que prevalece a desigualdade racial, o desrespeito às classes menos favorecidas e uma oferta de serviços públicos sem a devida qualidade.

A melhoria da qualidade desses serviços é um desafio nacional, no qual os municípios, apoiados pelos governos estaduais e federal, têm um papel fundamental, planejando e implementando suas políticas públicas.

A despeito da educação, elemento fundamental para o desenvolvimento social, vê-se que a oferta de um sistema educacional equitativo e com qualidade ainda é restrito a poucos cidadãos, isso fica claro se observarmos o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE), que foi sancionado em 2014 com prazo de cumprimento até 2024 para melhoria de diversos índices na área, que ainda segue com muitas metas, seguindo em lentidão.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de domicílios (PNAD), divulgados em 2020, existem algumas metas que ainda seguem distantes de serem atingidas ou que estão parcialmente cumpridas, frisamos aqui a Meta 15¹, que segue sem ser garantida, e aqui elencamos a questão da valorização fomentada pelos governantes para a categoria docente, classe que é fundamental para que o sistema de ensino possa ter um bom desenvolvimento. Na tabela abaixo podemos conferir a linha histórica dos dados que são divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP), acerca do monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).

¹ (Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam)

Figura 1 – Proporção de docências com professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam



Fonte: Indicador de Adequação Docente - INEP/MEC.

Observa-se que, no último monitoramento ocorrido em 2020, os dados ainda seguiam distantes dos 100%, considerando que a vigência do PNE encerra em 2024. Outra meta que também merece atenção, pela grande significação que ela exerce na vida de uma criança, é a META 5², essa também segundo o balanço do PNE segue sem grande evolução. Abaixo segue tabela divulgada no Balanço do PNE-2020/MEC.

Figura 2 – Porcentagem de crianças do 3º ano do Ensino Fundamental com proficiência adequada



Fonte: Indicador de Adequação Docente - INEP/MEC.

² (Alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental)

Aqui nos deparamos com uma situação ainda mais crítica, uma vez que o monitoramento desta meta modifica ao longo dos governos, o último monitoramento por meio de avaliação de larga escala se deu em 2016, por meio da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), a partir de 2019 o governo federal lançou a avaliação amostral do SAEB (Sistema de avaliação da Educação Básica), que agora passou a ser aplicado no 2º ano do Ensino Fundamental, e não no 3º ano, que é a etapa referida pelo PNE.

As menções às Metas do PNE, explanadas em nosso estudo, não são o foco desta pesquisa, porém são importantes para ilustrar o imenso desafio existente na educação no Brasil, especialmente no que se refere a valorização e formação dos docentes, bem como a aprendizagem dos alunos, pois a atual conjuntura é de uma realidade crítica que abrange todo território nacional.

O professor é considerado um dos principais agentes transformadores na sociedade. Essa é uma das profissões mais antigas e importantes que já existiu e existe. É ele que tem o poder de produzir grandes impactos sobre o futuro da sociedade como um todo, pois é por meio dele que todos os outros profissionais são formados.

Segundo Tardif (2004 *apud* ARAÚJO; BARROS, 2019), a profissão de professor, desde o princípio, é evidenciada por meio da observação e do empirismo, sendo esses elementos essenciais para o seu exercício. Para ser um professor, portanto, era essencial que o sujeito fosse um observador atento e capaz de reproduzir o que aprendia com os anciãos e, a partir daí, transmitir o aprendizado da mesma maneira.

Com o avançar dos tempos e as transformações ocorridas na sociedade, as profissões foram também se aperfeiçoando, sendo que a profissão docente não ficou de fora: ela foi acometida por modificações estruturais significativas. Nesse contexto, passou-se a exigir desses profissionais que possuam uma formação científica, técnica, política e ética cada vez mais acurada, para a partir daí serem capazes de desenvolver competências e habilidades suficientes para exercer sua profissão com maestria.

Observa-se a incontestável relevância que tem o professor para a sociedade e, dessa forma, cumpre-nos cuidar daquele que é tão importante no processo educacional das pessoas, visto que a profissão docente é considerada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) como uma das mais estressantes, pois ensinar se tornou, nas condições das últimas décadas, uma atividade desgastante, com repercussões evidentes na saúde física, mental e no desempenho profissional (REIS *et al.*, 2016).

Ana Maria Benevides-Pereira (2015), psicóloga que atua nas temáticas sobre estresse e burnout docente, e é líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Estresse e Burnout da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (GEPEB), destaca que diversos estudos abordam a temática do adoecimento físico e mental de professores brasileiros, por essa ser considerada uma profissão propensa ao desenvolvimento de síndromes, depressão, ansiedade, problemas osteomusculares etc.

Com efeito, são inúmeras as pesquisas e instituições que atualmente alertam sobre a situação do adoecimento docente, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE, 2017), que aponta que 71% dos profissionais de educação da rede pública de várias regiões do país, entrevistados no início de 2017, ficaram afastados da escola após episódios que desencadearam problemas psicológicos e psiquiátricos nos últimos cinco anos.

Em maio de 2019, a revista Nova Escola na sua edição 322, também apresentou os resultados de uma pesquisa realizada com cerca de 5 mil professores em todo o Brasil. Nela se revelou que 60% dos docentes pesquisados sofrem com ansiedade, estresse e dores de cabeça, e 66% já sentiram fraqueza, incapacidade ou medo de ir trabalhar. O levantamento também mostrou que 87% dos participantes acreditam que o seu problema é ocasionado ou intensificado pelas condições de trabalho.

O laboratório de Psicologia do Trabalho da Universidade de Brasília (LPT/UnB), também disponibiliza análises de pesquisas que são abrangentes nessa área, elucidando o significativo retrato do adoecimento mental da categoria dos trabalhadores da educação das redes estaduais de educação básica pública. Muitas destas pesquisas elucidam que os problemas relacionados à profissão docente ocasionam o aumento da desvalorização e insatisfação profissional desses trabalhadores, principalmente no que diz respeito à diminuição da qualidade de vida, uma vez que esses passam a apresentar sintomas como: cansaço, fadiga, esgotamento mental e falta de motivação (Síndrome de Burnout), mal-estar, estresse e abandono da profissão (absenteísmo).

Ao analisar o resultado de diversas dessas pesquisas lançadas sobre a temática, é possível perceber que ao longo dos anos a profissão de professor vem sofrendo uma espécie de fragmentação, causada pelo fato de os profissionais estarem expostos a um aumento de tensão no exercício de seu trabalho, uma vez que este está ligado diretamente à formação humana e acadêmica do indivíduo, e em muitas situações os mesmos não têm condições e meios necessários de responder a tamanha demanda adequadamente.

Todavia, para refletirmos sobre esse cenário educacional, escolhemos a cidade de

Sobral-CE por *locus*, como foco da nossa pesquisa, posto que a mesma se apresenta de forma diferente em relação aos dados educacionais, visto que a rede é destaque na área da educação pública, apresentando-se com bons indicadores educacionais em relação à média nacional. A opção por estudar e pesquisar a rede pública de ensino de Sobral, se deu pelo fato de eu ter estado no sistema público desta rede por 12 anos, e pude acompanhar a trajetória educacional transcorrida na cidade.

Durante esses anos, também tive a oportunidade de cursar minha segunda graduação em Psicologia, o que fez com que meu olhar de pesquisadora pudesse estar voltado para a saúde dos professores dessa rede, e foi por meio dela que pude realizar minha primeira pesquisa, intitulada: “ Indicadores de Síndrome de Burnout em professores de Sobral”, e hoje continuo estudando sobre a saúde dos professores do referido sistema, porém, agora com o olhar voltado não só para a relação saúde-doença, mas para as condições de trabalho e as políticas públicas desenvolvidas para essa categoria.

No Ceará existem 184 municípios, Sobral é a 5º cidade mais povoada do Estado. Está localizado na região noroeste, no semiárido, a 230 km da capital Fortaleza. Apresenta uma extensão territorial de 2.123 Km². O município possui uma população de 210.711 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE, 2020), sendo o segundo município mais desenvolvido do Estado do Ceará, atrás apenas de Fortaleza, de acordo com o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

O sistema público de ensino municipal de Sobral é visto como um modelo de gestão e qualidade da educação, observado por gestores e pesquisadores de todo o país. A uma considerável exposição na imprensa, bem como relatórios e produção técnico/acadêmica acerca dos dados educacionais de Sobral (BECSKEHAZY, 2018).O mesmo se tornou referência nacional em educação ao conquistar a nota mais alta do país nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de acordo com o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), passando de 4,9 em 2007 para 8.4 em 2019, em apenas uma década, estando sempre entre as melhores notas do país.

É neste contexto que se justifica a referida pesquisa, na busca de respostas para as seguintes perguntas: Como são as condições de trabalho dos docentes da rede de ensino municipal de Sobral? Há, por parte do governo municipal, um olhar específico para políticas que estão voltadas para a saúde dos docentes? E qual nível de satisfação dos docentes dessa rede? Estas perguntas serão respondidas pelo estudo detalhado das condições dadas aos trabalhadores docentes do município, tanto por meio de entrevistas com relevantes atores locais, quanto por análises de dados e indicadores educacionais, confrontadas com teorias que serão

apresentadas na seção seguinte.

Nesse cenário, portanto, a presente pesquisa se propôs a investigar este fenômeno do adoecimento docente no contexto da rede municipal de ensino de Sobral. Analisar o adoecimento docente em uma das redes que parece ser exemplo de qualidade de educação e problematizar essa situação poderá contribuir não só para compreender melhor a realidade dessa rede específica, mas também para jogar luz à realidade da profissão docente na contemporaneidade. Assim sendo, a pesquisa teve por objetivo geral analisar a relação saúde/doença e as condições de trabalho dos docentes da rede municipal de ensino de Sobral.

Por objetivos específicos, temos por intuito basilar: a) identificar os motivos de saúde pelos quais os professores já tiveram de se afastar de suas funções de sala de aula; b) observar as condições de trabalho proporcionadas pela rede municipal de ensino aos docentes; c) identificar se há precarização, pressão ou intensificação na carga horária de trabalho docente e suas possíveis relações com o adoecimento; e d) refletir se há no município políticas públicas voltadas para prevenção e melhoria da saúde dos docentes.

Por um lado, é exigido dos professores um trabalho de qualidade para formar jovens para uma sociedade cada vez mais competitiva, orientada por preceitos neoliberais (DARDOT; LAVAL, 2018); por outro, a mesma lógica de funcionamento que exige um trabalho qualificado dos professores piora suas condições de trabalho, na medida em que orienta cortes de investimentos no setor público e uma busca alucinada pelo lucro a qualquer custo no setor privado. Nesse cenário, é comum os professores estarem diretamente ligados a inúmeras situações de estresse, algumas da natureza docente, outras relacionadas ao contexto organizacional e social onde exercem suas funções.

Na atualidade, independentemente do nível de ensino em que atue, tipo de escola, pública ou privada, os professores formam uma categoria na qual são inúmeros os estressores psicossociais presentes no contexto de trabalho. Se o trabalho docente, em anos anteriores, era visto como uma profissão vocacional de grande satisfação pessoal e profissional, hoje esses méritos têm sido deixados para trás e dado lugar a um tipo de profissional de ensino excessivamente cobrado pela sociedade e pelos órgãos fiscalizadores, que pressionam cada vez mais do professor um ensino de qualidade e com resultados pautados numa esfera capitalista.

Logo, pode-se concluir que os docentes são bastante vulneráveis ao acometimento de transtornos mentais, problemas osteomusculares e desgastes físicos por conta das dificuldades materiais e psicológicas associadas ao trabalho dessa classe. É inserido em todo esse contexto que esse estudo analisou a relação saúde/doença e seus níveis, nos trabalhadores

docentes da rede municipal de ensino de Sobral.

A escolha por Sobral se deu pelo fato de o município ser referência em vários estudos sobre educação pública de qualidade, e estar atualmente entre os melhores resultados no IDEB no Ensino Fundamental, segundo dados do INEP, órgão responsável pela publicação deste indicador. Na educação básica, conforme dados do Censo Educacional de 2019, a cidade possui um número total de 33.939 alunos matriculados na rede municipal.

Dentro desse contexto é importante indagarmos como está a saúde emocional dos professores que ativamente estão inseridos nesse processo de melhorias educacionais da cidade, e analisar se há alguma política pública que esteja voltada para prevenção e apoio à saúde dos docentes. Para melhor compreensão de como foi realizada a investigação sobre o objeto de pesquisa deste estudo, apresentamos abaixo os caminhos metodológicos seguidos para finalização do mesmo.

2 METODOLOGIA

Para estruturarmos as fases de toda a pesquisa desenvolvida, a sistematização metodológica foi essencial para compreensão das etapas utilizadas e caminhos alcançados, nesse sentido, organizamos o estudo em: seleção bibliográfica, perspectiva metodológica e *locus* da pesquisa.

Acerca da produção bibliográfica, a mesma foi selecionada a partir da base de dados Scielo, Google Acadêmico e Biblioteca virtual de Psicologia, por concentrar os principais periódicos, artigos, teses etc., considerando que os mesmos reúnem publicações sobre trabalho, saúde-doença e educação. Para as buscas foram utilizados de forma isolada os seguintes descritores: “reformas na educação”; “conceito de saúde e doença”; “relação de saúde-doença e trabalho”; “adoecimento docente” e “educação de Sobral”.

E, também, foram pesquisados outros descritores ao quais utilizamos de forma cruzada, sendo eles: “processo saúde-doença”; “implicações da saúde-doença no trabalho”; “Ideb de Sobral”; “políticas públicas educacionais” e “Uberização do trabalho”. Em relação ao ano das publicações, foram incluídos os artigos encontrados com os descritores apresentados, entre 2017 a 2021.

Esta pesquisa teve uma perspectiva quantitativo-qualitativa, tanto em formato de análise, quanto no outro, na utilização de questionários e entrevistas auferidas. De acordo com Mussi e Nunes (2019), o método quantitativo se caracteriza pelo empregada quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas, através de técnicas estatísticas, desde as mais simples até as mais complexas. A pesquisa quantitativa foi utilizada – com tudo que pode ser mensurado em números – classificada e analisada dentro do contexto elencado. Ela serviu como geradora de informações para subsidiar nossa análise.

Já a pesquisa qualitativa é aquela que trabalha predominantemente com dados qualitativos, isto é, a informação coletada pelo pesquisador que não é diretamente expressa em números, ou então cujas conclusões nelas baseadas representam um papel menor na análise (MUSSI; NUNES, 2019).

A escolha por esse tipo de pesquisa se deu por acreditarmos que o ser humano procura interpretar o mundo em que vive, atribuindo conceitos significativos à realidade à qual faz parte, tendo uma relevância significativa na qualidade do ensino do sistema pesquisado. Neste sentido, buscou-se, a partir do referencial teórico adotado e descrito na seção anterior, analisar quanti-qualitativamente parte dos dados colhidos na realidade pesquisada.

2.1 Lócus da pesquisa

A população amostral desta pesquisa foi constituída por 90 professores de 35 escolas urbanas da rede municipal de ensino da cidade de Sobral. Quanto aos critérios para definição da quantidade de profissionais a serem pesquisados, considerou-se a fórmula proposta por Tríola (2008), onde o nível de confiança da mesma está estimado em 95%.

Buscou-se entrevistar professores das escolas com classificação (A1 e A2), classificação que a rede usa para organizar as escolas de acordo com o número de alunos. Essa escolha foi feita por se tratar de unidades escolares que possuem um maior número de alunos matriculados, e por conseguinte professores e funcionários. Os docentes foram convidados via e-mail a participar voluntariamente das entrevistas, os mesmos foram informados de que sua participação também seria mantida de forma anônima. Optamos por essa abordagem para que os mesmos pudessem se sentir mais à vontade para se expressarem.

Para a coleta de informações, foi solicitado autorização à Secretaria de Educação de Sobral (SEDUC). Para este fim utilizamos os seguintes instrumentos de pesquisa: questionário de pesquisas, cujas perguntas foram distribuídas em 5 eixos: Dados Pessoais; Formação profissional; Atuação na Rede de Ensino; Condições de Trabalho; Relações no Trabalho e Saúde; e Situação de saúde-doença e a promoção da saúde, entrevista com 18 professores voluntários, além do estudo da bibliografia acerca da temática e dos dados educacionais expostos nas bases de dados de sistemas públicos aberto para a sociedade, tais como: QEDu, IBGE, INEP, Portal da transparência, MEC etc.

O referido questionário foi formulado no Google Forms, cujo link continha o TCL e uma autoexplicação da pesquisa, o mesmo foi repassado aos gestores das 35 unidades escolares, para que os mesmos divulgassem entre seus docentes, de forma que a participação na pesquisa foi voluntária.

Nesse sentido, para elaboração dessa pesquisa, adotamos os seguintes procedimentos metodológicos, a saber:

- 1 – levantamento bibliográfico;
- 2 – levantamento do número de escolas e professores em exercício na Rede Municipal de Ensino de Sobral, junto à Secretaria de Educação;
- 3 – aplicação de questionário para professores que aceitaram ser voluntários;
- 4 – realização de entrevistas semiestruturadas com professores;

Este caminho metodológico representou o primeiro contato com os docentes e serviu para direcionar a pesquisa, à medida que alguns aspectos importantes foram sendo

evidenciados para o andamento da investigação, uma vez que se relacionam à natureza do trabalho docente e suas condições de realização. Para facilitar a compreensão da análise, os sujeitos da pesquisa serão apresentados como P1, P2, P3, P4, etc, sendo P – Professor e a numeração representa a ordem em que os mesmos foram entrevistados.

A pesquisa empírica aqui empreendida foi norteada de acordo com a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que determina as diretrizes éticas específicas para as Ciências Humanas e Sociais (CHS), e seus resultados serão apresentados nas seções que se seguem, a partir de uma análise dos dados feita com base no referencial teórico discutido na Seção 3. A ideia, portanto, foi buscar conectar os dados encontrados com as reflexões feitas sobre o cenário contemporâneo do mundo do trabalho e os impactos que a reestruturação produtiva mais recente pode ter no trabalho docente.

3 A RELAÇÃO SAÚDE-DOENÇA E AS IMPLICAÇÕES NO TRABALHO E NA EDUCAÇÃO

Há toda uma tradição de pensamento, com diferentes perspectivas, que pode ser exemplificada pelo filósofo Jean-Jacques Rousseau, no século XVIII, pelo marxista húngaro Gyorgy Lukács, no século XX, e por tantos outros que entendem o trabalho como uma das características da “condição humana”. Para quem pensa dessa forma, uma das condições que diferencia o ser humano de outros animais é o trabalho consciente, pois ele é um elemento essencial à vida dos indivíduos, uma vez que é o responsável pela transformação ontológica da vida humana em sociedade, isso faz com que o mesmo se evidencie como essencial para sobrevivência e relação do homem com o mundo.

Na Idade Moderna, o trabalho se apresentava fortemente marcado por uma concepção burguesa, pois se instituiu como algo necessário não somente para a sobrevivência, mas como necessário para manter o consumo social, elemento primordial para a reprodução do sistema capitalista.

Segundo o sociólogo Ricardo Antunes (2015), no final da idade moderna se iniciaram as primeiras grandes transformações do trabalho, visto que este começa a perder seu sentido original. Assim, a primeira grande transformação que se pode relatar é a ocorrida no século XVIII, com a Revolução Industrial, onde o homem que outrora vivia da realização de suas atividades manuais, passou a realizar atividades mecanizadas, ocorrendo com esse processo a divisão entre quem seria proprietário e o operário (proletariado), e com isso a atividade manual do ser humano passou a ser mercadoria, onde o esforço do trabalhador foi trocado por salário. É, como dizia Marx, a consolidação de uma sociedade na qual o trabalhador só tem a oferecer, no mercado, sua própria força de trabalho.

Conforme Couto (2018), com a Revolução Industrial instituída, essas mudanças passaram a marcar fortemente a sociedade, principalmente pela evolução da ciência e dos avanços tecnológicos, que aos poucos foram sendo introduzidos no processo produtivo, estabelecendo assim de forma definitiva a elevação da burguesia no cenário econômico, fortalecendo o êxodo rural, acelerando o crescimento urbano por meio do uso de técnicas avançadas e a formação da classe operária.

Sobre a inserção da tecnologia e da técnica no trabalho, podemos citar o pensamento de Ramos (2017), que vem nos mostrar que uma vez modificado o *modus operandi* do trabalho, nasce a partir daí o fetichismo do ser humano pela técnica, que contém algode exagerado, irracional e patogênico, onde a única explicação para isto é a incapacidade de se perceber

dominado pela técnica.

Sobre esse fetichismo, podemos citar o pensamento de Adorno (1995), que denominara toda a adoração que o homem pode possuir sobre a técnica de caráter manipulador, relacionado ao seu conceito clássico de consciência coisificada que deixa “[...] no começo as pessoas deste tipo se tornarem por assim dizer iguais a coisas. Em seguida, na medida em que o conseguem, tornam os outros iguais a coisas” (ADORNO, 1995 *apud* ROCHA, 2019, p. 130).

Em síntese, fica claro que a técnica exerce poder exacerbado sobre as mentes humanas. Isto se explicita nas palavras de Crochik;

De um lado, a tecnologia permite uma racionalidade maior na esfera de produção, de outro lado, ela se torna fetiche, tão logo a possibilidade de uma vida digna é ocultada. No seu exemplo, sobre alguém que constrói um sistema de trens para Auschwitz, não se importando com os fins de sua obra, mas com a sua perfeição, o autor revela as condições de frialdade existentes, que impedem o voltar-se para os outros. O homem impossibilitado de amar outra pessoa volta o seu amor para a técnica (CROCHÍK, 1992 *apud* GARCIA, 2020, p. 347).

É neste cenário de ascensão tecnológica e transformações no trabalho que o capitalismo se consolidou fortemente, expandindo-se por todo o globo terrestre entre os séculos XVIII e XXI. Esse processo se intensificou ainda mais na contemporaneidade, sendo marcado pela constituição das várias formas de exploração do trabalho, em diversos ambientes, pois o enriquecimento do trabalho empobrece o trabalhador, já denunciava Marx. Como demonstram alguns autores que estudam o tema, em uma perspectiva marxista,

[...] quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna (ALMEIDA; CHAGAS *et al.*, 2019, p. 34).

Segundo o sociólogo Ruy Braga (2016), o termo exploração é associado à ação que se refere a retirar algo de alguém ou de algum lugar sem contrapartida ou consentimento. Em relação ao contexto do trabalho, segundo o referido autor, sempre que um trabalhador tem sua mão de obra submetida para além das condições mínimas de remuneração e proteção para aquela atividade, este está passando por um processo de exploração e violação de direitos. No capitalismo, isso é o normal, e na dinâmica neoliberal do capitalismo contemporâneo, na qual a retirada de direitos é uma das características mais marcantes, isso é ainda mais intenso (PARANÁ, 2020).

Dentro da perspectiva acima citada, o capitalismo foi se reorganizando ao longo dos tempos, de forma que, na década de 1980, iniciou-se uma ofensiva marcante do capital em todo o mundo, passando a se apresentar em dois processos:

[...] a reestruturação produtiva com modificações pautadas no mundo do trabalho; e de outro o neoliberalismo, a ofensiva ideológica e política. Trata-se de processos que abriram um novo domínio do grande capital sobre o mundo e a sociedade e que são conectados de tal maneira que podemos afirmar que a reestruturação produtiva do capital é a base material do projeto neoliberal, sublinhando que os dois processos se alimentam mutuamente (ANTUNES, 1999, p. 58).

A partir daqui, vale trazer mais diretamente para discussão acerca das transformações no mundo do trabalho, as implicações causadas pelo neoliberalismo. Um dos preceitos neoliberais mais importantes, como fica claro quando lemos um de seus formuladores, Milton Friedman (2014), é a reconfiguração do papel do Estado. Essa corrente teórico-política possui várias facetas, e a depender do seu contexto pode se apresentar como:

[...] um conjunto de proposições políticas, econômicas e culturais que traduzem uma forma de compreender a sociedade; um movimento que possui uma organização para difusão de suas ideias e visões de mundo; um conjunto de políticas utilizadas por vários governos espalhados pelo globo terrestre a partir dos anos de 1980 (MORAES, 2001, p. 56).

Ademais, no neoliberalismo se apregoa o predomínio individual, ou seja, olha-se para cada sujeito como sendo o responsável por construir sua vida, empenhando-se para garantir seus interesses e desejos imediatos com pouca intervenção do Estado. Nos termos de Friedman, a base da visão neoliberal é a confiança no “[...] indivíduo, em sua liberdade de usar ao máximo suas capacidades e oportunidades de acordo com suas próprias escolhas, sujeito somente à obrigação de não interferir com a liberdade de outros indivíduos fazerem o mesmo” (FRIEDMAN, 2014, p. 197).

Com o surgimento do movimento neoliberal, o capitalismo se fortaleceu ainda mais e passou a se caracterizar na busca incessante pela expansão de mercado e potencialização das relações produtivas assalariadas. Para Silva (2008), essa sistemática do mercado de gerir a economia com base na visão neoliberal, na qual o sujeito supostamente tem a liberdade de usar todas as suas capacidades, tornou-se algo excludente, uma vez que o processo de inserção no mercado de trabalho passou a ser altamente competitivo, exigindo cada vez mais que o trabalhador se profissionalize, para que assim possa garantir vaga no mercado de trabalho.

Na verdade, predomina uma visão absolutamente individualista e mercadológica, na qual todas as redes de proteção coletiva – antes organizadas pelo Estado – vão sendo abolidas em nome de uma autossuficiência individual: essa ideologia individualista e competitiva é o que Dardot e Laval (2016) chamaram de “a nova razão do mundo”. Ao mesmo tempo, se assume um discurso de “Estado mínimo”, mas na verdade o Estado assume novas configurações e continua tendo muita importância para garantir a reprodução da lógica

capitalista de funcionamento da sociedade (PARANÁ, 2020).

Segundo Bravo (2009), com as transformações provocadas pela política neoliberal, em torno da década de 1990, o Estado brasileiro passa a receber forte influência dessa corrente, passando a adotar programas de ajustes estruturais, o que provocou uma série de privatizações de serviços outrora públicos, causando recessão econômica, altos índices de desemprego, elevadas taxas de trabalho informal, enfraquecimento das políticas sociais, flexibilização dos direitos trabalhistas, desmonte dos sistemas de seguridade social, de saúde e de educação.

Observa-se, com tais assertivas, que essa política neoliberal incide principalmente nas mudanças das relações de trabalho, uma vez que ao ocorrer a diminuição da participação do Estado como elemento de proteção e garantia na vida dos trabalhadores, as camadas mais vulneráveis da sociedade passam a sofrer os impactos do mercado capitalista, sem ter nenhum tipo de rede protetora, com redução de empregos e congelamento ou diminuição salarial, condições de trabalho degradantes, serviços públicos desmontados e redução a proteção legal ao trabalhador (BATISTA, 2013).

Todas essas alterações na esfera global do trabalho, somadas ao desenvolvimento enorme das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas últimas décadas, levaram a uma nova tendência de transformação do mundo do trabalho neste século, que vem sendo chamada por alguns autores de “uberização” das relações de trabalho (SLEEP, 2019). Esse termo nasceu após a criação da empresa de aplicativo móvel Uber, que fomenta uma condição empregatícia nova, que coloca o trabalhador como autônomo, sem vínculos empregatícios e nenhuma forma de controle de custos e tempo, levando-o a acreditar que não é um empregado e a empresa não é sua contratante e, dessa forma, aumentando a exploração sobre ele, ao mesmo tempo convencendo-o de que ele está trabalhando por conta própria.

Conforme supracitado autor, a uberização traz consigo a inexistência da jornada de trabalho controlada e remunerada, levando o sujeito a ter uma renda que vai variar de acordo com as horas que esse se dispor a executar, de forma que essa atividade leva o trabalhador a inseri-la em momentos vagos em relação a outras atividades que ele já realiza, levando-o a horas exaustivas de trabalho. Agora mediado pelas novas tecnologias e num contexto de enfraquecimento do Estado como regulador, o capitalismo neoliberal consegue complexificar os mecanismos de exploração do trabalhador.

Para Fontes (2017), a uberização é a nova tendência de exploração e precarização do trabalho no século XXI. Nessa nova configuração das relações de trabalho, as condições de vida dos sujeitos são irrelevantes para as empresas: nela, inclusive, o trabalhador deve arcar com a matéria prima/equipamentos para executar sua atividade trabalhista, manutenções etc.

Diante deste cenário, percebe-se que na atualidade as categorias trabalhadoras, especialmente no Brasil, estão diante de um desafio enorme que é resistir à onda de uberização, mercantilização, de privatizações, de ataque aos seus direitos que objetivam aprofundar as estratégias da exploração nascida a partir do capitalismo. Tais mudanças afetam diretamente a realidade do trabalhador, pois incidem diretamente nas relações de trabalho, onde os profissionais passam a ter que coexistir frequentemente com a falta de recursos, desvalorização do seu labor e com a intensa precarização de suas condições de labuta. Isso fica claro em:

No Brasil, particularmente na década de 1990, as transformações geradas pela nova divisão internacional do trabalho foram de grande intensidade, já que partiram de uma dinâmica interna, característica dos países de industrialização dependente, fundada na super exploração da força de trabalho. A imposição de baixos salários, associados a ritmos de produção intensificados e jornadas de trabalho prolongadas, foi ainda acentuada pela desorganização do movimento operário e sindical, imposta pela vigência, entre 1964 e 1985, da ditadura militar (ANTUNES, 2010, p 32).

Para Antunes (2015, p. 17), “[...] as mudanças ocorridas no mundo do trabalho nas últimas décadas resultaram na constituição de um exército de trabalhadores mutilados, lesionados, adoecidos física e mentalmente, muitos deles incapacitados de forma definitiva para o trabalho”. Tais mudanças rápidas no mercado de trabalho causam, portanto, fortes impactos à saúde do trabalhador com consequências tanto físicas quanto psíquicas.

3.1 Saúde e Trabalho

Para Comin e Figueredo (2018), os conceitos de saúde e de doença foram construídos e modificados diversas vezes ao longo da história. São definições que se transformam continuamente, estando intimamente relacionadas aos contextos histórico, geográfico, político, social, econômico e cultural de uma sociedade ou comunidade. Essas definições envolvem desde ações de políticas públicas de um determinado Estado a comportamentos da população diante das questões de saúde apresentadas em seu ambiente, possibilitando diversos manejos e formas de cuidado.

A percepção mais clara sobre o que é saúde, a priori seria a ausência da doença. Para os autores acima citados, essa ideia não está totalmente errada, mas o conceito de saúde pode ser ainda mais amplo, principalmente levando em consideração o que pode provocar o surgimento das doenças.

Em 1948, a Organização Mundial da Saúde (OMS) propôs uma definição de saúde que considerava ser universalmente aceita. A mesma definia que saúde “[...] é o estado do mais completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de enfermidade” (OMS, 1948, online). Sobre esta definição, Carrapato, Corrêa e Garcia (2017) pressupõem que:

A condição de saúde de um indivíduo é um conceito complexo, multidimensional e dinâmico. Para caracterizar-se, é necessário recolher informação sobre diferentes aspetos que, apesar de poderem ser considerados individualmente, apenas quando são alvo de uma análise em conjunto fornecem informação para descrever o estado de saúde de um indivíduo.

Desta maneira, pode-se refletir que existe uma necessidade de analisar não apenas o corpo, mas a mente e o contexto social no qual o sujeito está inserido para conceituar melhor o estado de saúde. Comin e Figueredo (2018, online) também problematizam sobre o conceito de doença, para eles a mesma é:

A doença (disease) recupera a dimensão da fisiopatologia, enquanto a experiência da doença (illness) inclui as dimensões psicossociais do adoecer. Em outras palavras, a patologia é algo que um órgão tem (disease), enquanto a perturbação é algo que uma pessoa tem (illness). Adoecer é sempre um processo social que envolve outras pessoas além do paciente/cliente/ usuário, em uma compreensão mais holística.

Conhecendo sobre os conceitos de saúde e doença, é válido analisar a relação entre ambas, pois há uma ligação estreita entre as duas definições. Para Schraiber, Silva e Mota (2019), a correlação entre saúde e doença consiste em:

[...] saúde é um estado dinâmico de bem-estar caracterizado por potencial físico, mental e social, que satisfaz as exigências de uma vida compatível com a idade, a cultura e responsabilidade pessoal. Já a doença acontece quando esse potencial é insuficiente para satisfazer essas exigências.

A partir do exposto até aqui, observa-se que com os avanços técnico-científicos, o desenvolvimento da medicina e a ampliação do conceito sobre saúde – vendo agora o indivíduo não mais só pela dimensão física, mas também numa dimensão social e mental – é que se pode ampliar o quadro interpretativo do processo saúde-doença, incluindo a ligação desse processo com o mundo do trabalho. Aqui se faz necessário inserirmos um diálogo acerca da relação de saúde-doença com o trabalho. Acerca dessa temática, os pesquisadores Gomes, Vasconcelos e Machado (2018) nos afirmam que:

A referência central para o estudo dos condicionantes saúde-doença é o processo de trabalho, conceito recuperado, nos anos 1970, das ideias expostas por Marx, particularmente no Capítulo VI de O Capital. A apropriação do conceito “processo de trabalho” como instrumento de análise possibilita reformular concepções ainda hegemônicas que ao estabelecerem articulações simplificadas entre causa e efeito, numa perspectiva uni ou multicausal, desconsideram a dimensão social e histórica do trabalho e do binômio saúde/doença. Desse modo, indivíduo e ambiente são apreendidos na sua exterioridade, ignorando-se sua historicidade e o contexto que circunstancia as relações de produção materializadas em condições específicas de trabalhar, geradoras ou não de agravos à saúde

Percebe-se a partir de supracitado contexto, que com o avanço técnico-científico e a consolidação do capitalismo, o trabalho se torna a atividade que move toda a sociedade,

porém, nem todas as dimensões do mesmo são explicitadas e refletidas, uma vez que ao passo que o trabalho é a atividade central na vida do indivíduo, lhe proporcionando prazer e satisfação, existe também uma outra face, e esta nem sempre é revelada, uma vez que por meio dele o sujeito também pode ser acometido por mal-estar, doenças físicas e mentais.

Sobre essa discussão, Cardoso e Morgado (2019) preconizam que:

Para que as dimensões da satisfação, da realização e do prazer no trabalho possam prevalecer, é necessário trazer para o centro do debate os determinantes sociais do mal-estar no trabalho (Buss; Pellegrini Filho, 2007), buscando compreender de quais sofrimentos falam os trabalhadores – isto é, conhecer como o cotidiano do trabalho, que passa por forte processo de precarização, flexibilização, intensificação, crescente desemprego e insegurança, tem influenciado a vida e a saúde do trabalhador (CARDOSO; MORGADO, 2019, online).

O exposto acima traz à tona uma discussão demasiada relevante, pois a tal resistência – devida a diversos interesses e poderes envolvidos – tem levado a sociedade a ocultar o adoecimento no trabalho, culpabilizar e responsabilizar o sujeito pela “sua” doença (CARDOSO; MORGADO, 2019).

3.2 A precarização profissional e a Educação

Com o propósito de buscar caminhos e embasamento para o objetivo principal e específicos desta pesquisa, apoiamo-nos em estudiosos/pesquisadores clássicos e contemporâneos que desenvolvem a temática desta pesquisa dissertativa. Nesse sentido, autores como Nóvoa (2017), Becskeházy (2018), Penteado e Neto (2019), Cruz e Loureiro (2020), Lima (2021), dentre outros pesquisadores que discorrem sobre o adoecimento docente, condições de trabalho e sobre a trajetória educacional de Sobral, *lôcus* e objeto de estudo dessa pesquisa.

Partindo do pensamento desses autores/pesquisadores, podemos refletir sobre a importância de compreender o que tem levado os docentes ao adoecimento, nesse sentido, tal contexto é fundamental para criação de políticas públicas voltadas para prevenção e promoção de saúde a esses trabalhadores.

É inegável a importância da educação na formação da cidadania e no desenvolvimento social e emocional dos indivíduos, portanto, para maior clareza sobre a relevância da mesma, podemos fazer um recorte histórico para entendermos a evolução da educação no Brasil. Do ponto de vista legal: o direito à educação é tratado já na Constituição Imperial de 1824, nos incisos 32 e 33 do artigo 171; na sequência, a Constituição de 1934, no artigo 149, define a Educação como direito de todos a ser ministrada pela família e pelos

“Poderes Públicos”.

Depois da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1948, proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, reiterando o papel central da educação como um direito fundamental da humanidade; já a Constituição Federal de 1988, traz em seu Art. 205, que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988, online).

Dada a relevância histórica do direito constitucional à educação, faz-se necessário problematizar e refletirmos sobre a discrepância entre direitos instituídos e sua efetivação, uma vez que a CF/1988 afirma que a educação é um direito humano universal e que é função do Estado garantir a todos uma educação de qualidade, e, uma vez que isso não se efetiva, os danos recaem sobre a vida de alunos e professores.

Mesmo a educação sendo historicamente um direito de todos, manifesto tanto nas esferas social, quanto nas políticas públicas e governamentais, ainda hoje se constata sérias dificuldades nessa área, como por exemplo os altos índices de fracasso escolar, com taxas elevadas de estudantes que reprovam ou simplesmente abandonam a escola, como mostram os dados do Censo Escolar/MEC (2020), ao auferir que de cada 100 alunos da escola pública que terminam o 5º ano do Ensino Fundamental, aproximadamente 17 estão com atraso escolar de mais de dois anos.

Nesse âmbito, não distante desses problemas, encontram-se os trabalhadores docentes que também são extremamente afetados pelo descaso e desvalorização da sua profissão perante a sociedade. No contexto neoliberal de precarização, como vimos, isso é ainda pior. Segundo o Anuário da Educação Básica (2020), os docentes brasileiros têm a percepção de que a sua profissão é pouco valorizada socialmente. Nesse cenário, apenas 11,4% dos professores acreditam que recebem a devida valorização dos órgãos competentes, o que destoa da meta 17 do PNE, que homologa:

Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas da Educação Básica, a fim de equiparar o rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano da vigência do PNE. Assegurar, no prazo de dois anos, a existência de planos de carreira para os profissionais da Educação Básica e Superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da Educação Básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal (BRASIL, 2008, online).

Como vimos, a docência historicamente é uma das profissões mais exigidas da

sociedade, por conta das altas expectativas colocadas em cima desses profissionais acerca das mudanças que se espera que ocorra nos contextos sociais. Para Nóvoa 2017, a profissão docente é uma atividade que outrora era considerada uma ocupação nobre, e ao longo dos tempos foi deixando de ser valorizada socialmente, ocasionando uma série de implicações tanto para o educador quanto para o educando. Para o primeiro não lhe é garantido as condições necessárias de trabalho, para o segundo não é ofertado uma educação de qualidade, de forma que também não consegue ter seu direito de aprendizagem garantido.

É nesse contexto que se encontra um grande problema que afeta a área docente, uma vez que se exige dos professores que resolvam em sala de aula inúmeros problemas sociais, sem que lhes sejam disponibilizadas as ferramentas e os recursos mínimos necessários para o desenvolvimento pleno de sua função, o que acaba acarretando em inúmeros problemas de saúde física e mental para esses profissionais.

Áreas como a Psicologia e a Psiquiatria sinalizam cada vez mais sobre a relevância do trabalho na vida mental dos indivíduos, bem como a influência de fatores laborais na saúde e qualidade de vida destes. Recentemente os pesquisadores Seixas e Nascimento (2020) apresentaram um estudo intitulado “O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisa”, onde os mesmos apresentam um levantamento sobre os principais estudos acerca dessa temática.

Tais investigações apontam que o adoecimento psicológico e físico por meio do trabalho tem ressaltado cada vez mais a necessidade de investigações quanto aos fatores prejudiciais à saúde mental do trabalhador presentes nas atividades ocupacionais, e esta realidade se apresenta mais fortemente dentro de profissões que estão diariamente em contato com outros seres humanos, como é o caso dos profissionais da área da educação, visto que esses estão expostos a fatores como: precarização das condições de trabalho; baixa remuneração; sobrecarga de trabalho; falta de reconhecimento e baixa valorização profissional; aumento da violência no cotidiano escolar (principalmente de alunos contra professores) e a insatisfação dos profissionais com as demandas cotidianas da profissão, tudo isso deixa os profissionais à mercê das doenças e síndromes suscitadas por esse ambiente nocivo no trabalho.

Identificar os motivos dessa problemática constitui um dos objetivos dessa pesquisa, uma vez que inúmeras razões são apontadas como desencadeadoras do adoecimento mental de professores. É importante ressaltar que os fatores mencionados nesse texto representam apenas uma pequena parcela diante de um contexto educacional abrangente como temos no Brasil, sendo certa apenas a premissa de que o adoecimento dos profissionais docentes cresce cada vez mais no país, e o contingente de professores que abandonam a sala de aula por

esse motivo cresce consideravelmente a cada ano.

3.3 O trabalho e o adoecimento docente no Brasil

No Brasil, junto ao processo de democratização foram criadas leis decisivas que impactaram fortemente a carreira docente, como a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº 9.394/96, de forma que a categoria pôde fortalecer seus direitos. Porém, junto a elas também ocorreram as reformas educacionais, essas a maioria das vezes influenciadas pelo célere avanço do neoliberalismo. Nesse sentido, as políticas formuladas no Brasil seguem as diretrizes que se enquadram no papel do Estado na elaboração de políticas sociais e educacionais que, a priori, deveriam alcançar a todos.

Minhoto, Vitorino e Bock (2021) destacam que as políticas educacionais constantes no cenário brasileiro trazem em seu escopo foco na gestão da escola; financiamento per capita com a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação básica (Fundeb), e instalação de sistema de avaliações em larga escala, que passa a assumir o papel de controlador da qualidade da aprendizagem.

Para Maguire (2013), em um contexto em que as políticas públicas educacionais são fortemente influenciadas pelo neoliberalismo, o cenário que sempre prevalecerá será aquele que altera as relações de trabalho de quem irá executar a ação na escola, ou seja, as condições de trabalho do professor são sempre as mais afetadas, uma vez que recai sobre esses a responsabilização de implementação dessas políticas. Dessa forma, os professores acabam envolvidos em um processo que reestrutura suas atribuições, sendo esses reflexos do capitalismo contemporâneo, expondo-os na maioria dos contextos em situações trabalhistas degradantes. Tais transformações foram expressas no relatório da UNESCO (2004), que discorre:

Fazendo parte de uma sociedade que se transforma com velocidade extrema e que impõe constantes mudanças e adaptações, os professores se sentem insatisfeitos ao não dar conta das exigências que lhes são feitas no campo profissional, seja pela sobrecarga de trabalho, pela dificuldade de apoio dos pais dos alunos e governantes, pelo sentimento de inutilidade em relação ao trabalho que realizam, pela concorrência com outros meios de transmissão de informação e cultura e, certamente, pelos baixos salários (UNESCO, 2004, p. 32).

A partir dessa assertiva, pode-se refletir a precarização do trabalho docente no Brasil por meio das mudanças oriundas das reformas educacionais, que muitas vezes provocaram precariedade e desvalorização do professor. Tais situações colocam o professor numa condição de submissão, uma vez que são estabelecidos padrões de atuação aos mesmos, com critérios que não dizem respeito à natureza do trabalho docente, mas sim a questões

mercadológicas, o que leva o professor à perda de autonomia e forte desvalorização. Desse contexto, a busca por cumprir metas, adequar-se às avaliações periódicas (que muitas vezes condicionam os recursos a serem recebidos pelas escolas), tudo isso passa a ser prioridade do ponto de vista da gestão escolar, e a exercer pressão sobre os corpos docentes (NASCIMENTO; SEIXAS, 2020).

Penteado e Neto (2019) também apresentam outros elementos que materializam a precarização do trabalho docente no Brasil, tais como: terceirização, individualização das relações e da organização do trabalho, avaliação de performances com incidência sobre a remuneração do trabalho, sob a forma de bônus ou prêmios diferenciados, segundo critérios baseados na lógica produtivista, intensificação de controle da autonomia docente, provocando alienação em seu processo de trabalho, contribuindo para os processos de desprofissionalização docente etc.

De acordo com o exposto até aqui, podemos compreender o trabalho docente da educação básica brasileira, no séc. XXI, como uma profissão onde o trabalho ocorre cada vez mais controlado, com forte degradação da autonomia, mas intensificação física e mental das ações do professorado, que atuam diariamente em condições de precarização. Para melhor entendermos esse cenário, é determinante vincular este não somente às reformas de cunho neoliberal, mas principalmente a reestruturação produtiva que atinge esta categoria – e que aparentemente foi intensificada no contexto da pandemia da Covid-19.

Desse viés, para que haja uma melhor contextualização da precariedade que perpassa os docentes no Brasil, dados da nona edição do Anuário Brasileiro da Educação Básica 2020, lançados em 24 de junho, revelam que:

[...] os professores ainda enfrentam desafios relacionados à formação adequada às disciplinas que lecionam. Além da reinvenção imposta pelo ensino remoto na crise da Covid-19, falta também preparo para lidar com os diversos desafios da sala de aula. Dados do Censo Escolar de 2019 mostram que em 2019, apenas 56,8% das turmas do Ensino Fundamental (Anos Finais) possuíam professores com formação compatível com as disciplinas que lecionam, sendo que ainda 8,4% assistiam a aulas com docentes sem diploma de Ensino Superior (BRASIL, 2020, p. 24).

Dados como esses demonstram a dificuldade que o país enfrenta em garantir o que está posto nos incisos I, II e III do caput do Art. 61 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que é a garantia, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de um ano de vigência do PNE, política nacional de formação dos profissionais da Educação, de que todos os professores e professoras da Educação Básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de

conhecimento em que atuam.

Outro desafio que se apresenta como urgente nesse cenário de precariedade da profissão docente no Brasil é o que diz respeito à atratividade da carreira docente. Com salários defasados em relação à média das profissões com Ensino Superior e fragilidade nos planos de carreira, a profissão docente precisa ser fortalecida. O Anuário (2020) também apresenta que:

A média salarial dos professores da Educação Básica da rede pública aumentou de 69,8% para 71,7% entre 2018 e 2019, em comparação com o salário das profissões de grau superior. Embora a contração do rendimento de outros profissionais com curso superior entre 2018 e 2019 possa explicar parcialmente esse aumento, não deixa de ser um dado desafiante (ANUÁRIO, 2020, p. 98).

Dados como esses reforçam a relevância da garantia dos direitos adquiridos pela categoria docente, dentre eles a ampliação do tempo para planejamento pedagógico, que também é um desafio. Abaixo segue tabela apresentando esse cenário no Brasil:

Gráfico 1 – Com quantitativo de todos os profissionais que estão exercendo função na educação municipal

Municípios que preveem no plano de carreira do Magistério dois terços de carga horária para atividades em sala de aula		
	Absoluto	%
Brasil	4.134	74,2
Municípios por faixa populacional		
Até 5 mil habitantes	906	72,1
De 5.001 a 10 mil habitantes	902	75,0
De 10.001 a 20 mil habitantes	1.025	76,0
De 20.001 a 50 mil habitantes	821	74,9
De 50.001 a 100 mil habitantes	255	73,1
De 100.001 a 500 mil habitantes	189	71,3
Mais de 500 mil habitantes	16	64,0
Capitais	20	74,1

Fonte: IBGE/Munic. (Elaboração: Todos Pela Educação).

Conforme a tabela acima, podemos perceber o desafio que é a garantia da meta 18 do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), que “[...] obriga que a União, os estados, municípios e Distrito Federal garantam planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública, denominação definida no artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96)” (BRASIL, 1996, online).

A Meta 18³ é estratégica para a valorização da classe de trabalhadores docentes,

³ Meta 18- Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal,

uma vez que tornar a carreira dos profissionais atrativa e sem desafios, constitui um importante passo para garantir a educação como direito fundamental, universal e inalienável, como prevê a Constituição de 1988.

Para Minhoco e Bock (2021), a Educação Básica no Brasil, nas últimas décadas, vem sendo impactada com transformações que modificam diretamente a rotina de trabalho dos professores, uma vez que as exigências ocasionadas por essas transformações exigem cada vez mais que os docentes se adaptem às novas estruturas educacionais, ao uso de novas tecnologias e as mudanças sociais que adentram o ambiente da sala de aula.

Segundo os autores acima citados, as transformações no campo educacional são fortemente atravessadas pela adoção da pauta neoliberal, em cujo contexto se estabelece uma série de medidas, organizadas sob a denominação de reformas educacionais, redefinindo o papel do Estado e sua relação com o sistema educacional, relação essa que expõe situações agravantes que interferem na rotina escolar, tais como: “[...] acirramento da competição entre instituições educacionais e entre os pares; supervalorização das avaliações em escala nacional; imediatismo em relação às demandas do mercado de trabalho” (MINHOCO; BOCK, 2021, p. 23).

Tudo isso acaba fazendo com que o professor, que é o principal ator nessa transformação educacional, acabe absorvendo atividades que vão além da sua função, pois agora ele assume uma nova roupagem, que é atrelada fortemente ao imediatismo capitalista, “[...] o professor se vê submetido às mesmas condições dos trabalhadores fabris, pois a escola adquire a nova função de formar trabalhadores. O aluno passa a ser visto como produto e a escola como uma instituição produtora da força de trabalho” (LEITÃO, 2020, p. 136).

Muito exigido, porém pouco apoiado, o professor nesse contexto se tornou um profissional carente de um olhar atento para as suas necessidades, tanto no campo de trabalho quanto em relação à própria saúde (PENTEADO; NETO 2019). Acerca desse contexto, é certo afirmar que:

[...] as condições de trabalho que essa categoria profissional está submetida têm sofrido severas transformações. Por exemplo, processo de desqualificação, desprofissionalização, intensificação do trabalho, flexibilização dos contratos, entre outros. Desse modo, todo o movimento referido tem contribuído para o definhamiento da saúde dos trabalhadores da área, principalmente no que pese à saúde mental (ABONÍZIO, 2012, p. 23)

Dialogando com esta problemática, Nóvoa (2017) vem alertar para as consequências de tais transformações, que levam o professor a se deparar diariamente com a

necessidade de desempenhar vários papéis em seu cotidiano escolar, papéis esses que vão além do seu fazer, descentralizando o professor do lugar de detentor do saber. Assim, nota-se que o professor, ao assumir essas novas funções, acaba por ser vítima do próprio sistema educacional, absorvendo uma carga excessiva de trabalho, com total ausência de valorização profissional e financeira, o que eleva significativamente o estresse decorrente ao labor, surgindo daí várias doenças e síndromes que acometem os profissionais da educação no cotidiano do trabalho.

Em decorrência deste cenário, o número de docentes que têm enfrentado problemas de saúde aumentou consideravelmente. Segundo Nascimento e Seixas (2020), existem cerca de 12 grupos de doenças mentais na relação específica dos transtornos mentais e do comportamento relacionados ao trabalho, destacando-se o alcoolismo crônico, episódios depressivos, estados de estresse pós-traumáticos, neurastenia (síndrome da fadiga crônica), neurose profissional, transtornos do sono e a síndrome de burnout.

Mais recentemente, alguns autores têm discutido a questão, e vale a pena trazer algumas de suas reflexões, a exemplo de Moura, Ribeiro, Castro e Nunes (2019), que trazem informações acerca das implicações das condições de trabalho para o adoecimento docente. Esses autores salientam que:

[...] a saúde do profissional docente fica comprometida diante da carga excessiva de trabalho a que são submetidos. Este é apenas mais um dos desdobramentos do capitalismo, em que o trabalhador não presta seu serviço apenas para atender às suas necessidades, mas precisa fornecer trabalho excedente, o que torna sua tarefa ainda mais degradante, inclusive na área educacional (MOURA *et al.*, 2019, p. 10).

Os mesmos autores (2019) destacam ainda fatores que corroboram com a desvalorização docente e conseqüentemente com seu adoecimento, como fatores que estão relacionados à precarização dos espaços físicos, o acúmulo de funções que são específicas de outros profissionais (psicólogos, assistentes sociais, fonoaudiólogos, etc), uma vez que os sistemas não dispõem de serviços especializados e cobram que os professores deem conta dessas demandas, os mesmos ressaltam ainda a má remuneração e a falta de investimento do poder público em políticas de incentivo e de uma formação que atenda às reais necessidades dos professores.

A relação entre trabalho e doença é um dos temas de estudo bem delicados, uma vez que o fator de causalidade entre eles é diverso e cheio de variáveis, principalmente em se tratando de adoecimento mental, pois há a necessidade de se questionar se o sujeito adoecce por decorrência de características próprias da sua psique ou em decorrência das más condições e dinâmicas relacionais do seu ambiente de trabalho. Acerca dessa temática, Penteado e Neto

(2019) apresentam um estudo cujo objetivo foi mostrar que:

[...] o mal-estar, o sofrimento e o adoecimento de professores podem exprimir narrativas coletivas da docência marcada pela vocação e pela socialização profissional pela feminização – e como dimensões sociais, históricas e culturais do trabalho docente podem interferir nos modos coletivos de perceber e cuidar do corpo e da saúde e levar ao adoecimento (PENTEADO; NETO, 2019, p. 07).

Este cenário foi confirmado numa pesquisa sobre a saúde docente, elaborada pela rede municipal de São Paulo, onde refletiu-se sobre os fatores que implicam em readaptação de função:

[...] o adoecimento e afastamento de professores (as), quer seja por meio de licenças médicas ou das readaptações funcionais temporárias e definitivas, tendem a acarretar muitos transtornos ao cotidiano escolar, prejudicando as atividades educativas e sobrecarregando os (as) demais profissionais das unidades, favorecendo novos adoecimentos, em um aparente círculo vicioso (MINHOTO; VITORINO; BOCK, 2021, p. 03).

Diante do cenário de precariedade da profissão docente apresentado até aqui, podemos refletir sobre a importância de compreender o que tem levado os docentes ao adoecimento, apontando para a necessidade de se formular uma política pública de prevenção e de atendimento à saúde dos trabalhadores da educação, que promova a redução dos riscos de doenças e outros danos, visando ao bem-estar físico, mental e social destes profissionais. Que as políticas públicas de saúde e de educação possibilitem e fortaleçam a construção de redes, levando em conta os problemas do trabalho que afetam a saúde dos profissionais da educação.

3.4 As reformas e políticas públicas educacionais no Brasil

Ao longo da história aconteceram diversas mudanças em leis que impactaram diretamente a profissão docente. A exemplo podemos citar: a Constituição Federal de 1988, Lei de Diretrizes e Bases de 1996, Lei do Fundef/96, que depois foi substituída pela Lei do Fundeb/2007 e Lei do Piso Salarial dos Professores/2008.

Iniciamos essa discussão trazendo um levantamento feito por Frota (2019) acerca do que trouxe a Constituição de 1988 para o cenário educacional:

Educação vista como direito social (Art.6º); Educação como direito de todos e dever do Estado (Art.205º); Valorização dos profissionais da educação escolar, com a garantia de planos de carreira (Art.206º-V); Criação de um Piso salarial nacional para professores da educação pública (Art.206º-VIII); Reconhecimento da educação básica como obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos (Art.208-I); Previsão da necessidade de ampliação progressiva do ensino médio (Art.208-II); Divisão de responsabilidades entre as esferas do executivo, ficando o Governo Federal responsável por organizar e acompanhar o ensino superior, os Estados prioritariamente o Ensino médio e os Municípios devendo responsabilizar-se pela educação Infantil e Ensino Fundamental (Art.211º, § 1º, § 2º e § 3º); Estabelece a necessidade de criação de um Plano Decenal

de Educação, para uma melhor articulação da educação como plano nacional (Art. 214º). A Lei 9394/96 aprovada, lei de diretrizes e bases da educação (LDB), foi o resultado de amplas e complexas lutas e embates sobre os possíveis caminhos que deveriam tomar a educação brasileira e suas prioridades (BRASIL, 1988, online).

O que pode-se observar é que no condizente às leis, o Brasil tem um aparato gigantesco, porém se pensarmos em sua aplicabilidade, existe ainda uma longa caminhada, porém o fato de já termos alguns direitos legitimados nos textos da Constituição já é um começo significativo, e o que resta ao povo é luta e resistência, para que essa lei prevaleça e seja dado a todos a oportunidade de uma escola pública qualidade.

Além do que está escrito nos textos das leis, os vários encontros mundiais que ocorreram ao longo das décadas, patrocinados por Instituições como o Banco Mundial e a Unesco, também impactaram fortemente a educação pública do Brasil. A seguir apresentamos o quadro resumo, produzido com base nos artigos pesquisados para este estudo:

1990	1993	2000	2001	2003	2004	2017
Declaração de Jomtien	Declaração de Nova Delhi	Fórum mundial de Educação de Dakar	Declaração de Cochabamba	Declaração de Tarija XIII Conferência Ibero-Americana de Educação	Declaração de Brasília	Declaração de Incheon

Fonte: Própria autora.

A declaração mundial sobre educação para todos, e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem, ocorreu na Tailândia em 1990, o mesmo foi organizado pela UNESCO e patrocinado pelo Banco Mundial. A conferência contou com a participação de 155 países e 120 Organizações Não Governamentais (ONGS). Nessa conferência os países assumiram o compromisso de estabelecer suas próprias metas para a década de 1990, em consonância com VI dimensões⁴ (UNESCO, 1990).

⁴ I. Expansão dos cuidados básicos e atividades de desenvolvimento infantil, incluídas aí as intervenções da família e da comunidade, direcionadas especialmente às crianças pobres, que não são assistidas e com deficiências; II. Acesso universal e conclusão da educação fundamental (ou qualquer nível mais elevado de educação considerado "básico") até o ano 2000; III. Melhoria dos resultados de aprendizagem, de modo que a percentagem convencionada de uma amostra de idade determinada (por exemplo, 80% da faixa etária de 14 anos), alcance ou ultrapasse o padrão desejável de aquisição de conhecimentos previamente definido; IV. Redução da taxa de analfabetismo adulto à metade, digamos, do nível registrado em 1990, já no ano 2000 (a faixa etária adequada deve ser determinada em cada país). Ênfase especial deve ser conferida à alfabetização da mulher, de modo a reduzir significativamente a desigualdade existente entre os índices de alfabetização dos homens e mulheres; V.

Para Souza e Kerbaux (2018), foi a partir do encontro em Jomtien que o Brasil passou por algumas mudanças no plano educacional, buscando se alinhar à nova ordem mundial, o que teve como consequência um forte impacto no fazer docente, uma vez que:

[...] o Banco Mundial, representado pela Unesco, através da Declaração de Jomtien, passou a monitorar e influenciar a educação mundial em todas as suas dimensões, desde a problemática da formação docente, da condução didático-pedagógica da sala de aula, até a formulação de políticas educacionais centradas na autogestão, descentralização e financiamento da educação (SOUZA; KERBAUX, 2018, online).

Vale destacar ainda que, “[...] no Brasil, essa Conferência foi decisiva na formulação da legislação educacional, incluindo a LDB 9394/96, os PCN e as diretrizes curriculares de todas as modalidades e níveis de ensino” (CARMO *et al.*, 2015, p. 108).

Outro importante encontro internacional realizado para tratar sobre os rumos da educação, foi a Declaração de Nova Delhi, a mesma ocorreu em 1993, na Índia, cujos objetivos foram reiterar os compromissos já traçados e determinados pela Declaração de Jomtien. Participaram da mesma nove países (Indonésia, China, Bangladesh, Brasil, Egito, México, Nigéria, Paquistão e Índia), onde os mesmos reiteraram os compromissos e metas determinados pela declaração Mundial de Educação para Todos.

Movimento de grande relevância também foi o Fórum Mundial de Educação em Dakar, ocorrido no ano de 2000, em Senegal. Nesse encontro se contou com a presença de 180 países e 150 Organizações Não Governamentais (ONGS). O objetivo maior desse encontro foi analisar o cumprimento, ou não, das metas firmadas na Declaração de Jomtien. Em Dakar foi ressaltada a importância da participação da sociedade no campo da educação e a importância do professor como ator primordial para o alcance das metas planejadas.

Ocorreram ainda as Declaração de Cochabamba (2001), Declaração de Tarija na XIII Conferência Ibero-Americana de Educação (2003), e Declaração de Brasília (2004), que foram encontros que apenas ratificaram o que foi acordado, tanto nos acordos de Jomtien (1990) como em Nova Delhi, em 1993, e em Dakar em 2000.

No ano de 2017 teve ainda a Declaração de Incheon, aprovada em maio de 2017 por mais de 100 países, que defende a educação para todos como o principal indutor para o desenvolvimento mundial, a mesma apresenta enquanto objetivo global a garantia de uma

Ampliação dos serviços de educação básica e capacitação em outras habilidades essenciais necessárias aos jovens e adultos, avaliando a eficácia dos programas em função de mudanças de comportamento e impactos na saúde, emprego e produtividade; VI. Aumento da aquisição, por parte dos indivíduos e famílias, dos conhecimentos, habilidades e valores necessários a uma vida melhor e um desenvolvimento racional e constante, por meio de todos os canais da educação - inclusive dos meios de comunicação de massa, outras formas de comunicação tradicionais e modernas, e ação social -, sendo a eficácia destas intervenções avaliadas em função das mudanças de comportamento observadas.

educação de qualidade equitativa e inclusiva, e a aprendizagem ao longo da vida para todos. Para tanto, pauta-se, principalmente, pela defesa da educação que promova o desenvolvimento de forma sustentável e representa o mais recente marco internacional para a garantia do direito à educação (AKKARI, 2017).

Segundo Akkari (2017), é importante frisar que os acordos pactuados na Declaração de Incheon indicam um caminho único e global da educação. Embora as outras duas declarações, Jomtien e Dakar, se configurem em tratados proclamados por vários países, suas metas para a educação básica estavam voltadas, principalmente, para as necessidades dos países do hemisfério sul.

Para as pesquisadoras Souza e Kerbauy (2018), nessas conferências se ressaltou a necessidade de estar a educação em conformidade com a nova ordem social e a importância do papel da escola e dos professores nesse processo, precisando os dois serem sempre avaliados e monitorados. O que se pode observar nas Declarações, principalmente se olharmos para o Brasil e vemos os prazos das metas, bem como a efetivação das mesmas, é que por mais que algumas dimensões já tenham ocorrido um certo progresso, o desafio posto na busca da implantação de uma cultura de direitos educacionais ainda é um sonho distante. Isso fica claro em:

O que se vê no Brasil é isso, uma educação profundamente dicotômica. Esse histórico educacional não apenas deixa muitos em completo estado de vulnerabilidade intelectual e dominação/dependência social e econômica em seu próprio país, como coloca o Brasil como um país em eterno estado de colônia, sem um projeto nacional próprio, vivendo em função de interesses externos. O trabalhador brasileiro trabalha não só para enriquecer a burguesia brasileira como também a burguesia internacional. É este o fato gerador mais fundamental da miséria brasileira (NASCIMENTO, 2020, p. 40).

Neste sentido, podemos refletir quão distantes estamos de ver a nação usufruir de um sistema educacional que seja capaz de preparar cidadãos críticos e autônomos, possibilitando-os uma formação que os leve para emancipação, tornando-os capazes de enfrentar os elementos devastadores do capitalismo.

Lima (2021), refletindo à luz de Paulo Freire, vem nos dizer que essa é uma questão central, uma vez que o desdobramento de uma consciência reflexiva se processa no reconhecimento do posicionamento que precisa ser assumido nos enfrentamentos dos interesses sociais, daí ser importante educar como prática da liberdade e para a liberdade. A grande responsabilidade da educação como ato político num país que se quer democrático, é propiciar a homens e mulheres os instrumentos necessários para o seu autoentendimento e entendimento coletivo de que a sua existência é mobilizada por condições específicas que não se afastam da dimensão política, e ao mesmo tempo são elas criadas e modificadas por eles como atores

sociais, construtores de sua autoprodução.

Para supracitado autor, a política educacional na perspectiva de Paulo Freire deve ser:

[...] elaborada com vistas a propiciar reflexão da realidade e o chamamento dos atores sociais para elencar e delinear, não somente as necessidades, mas a possibilidade concreta de universalização da educação como direito de todos em sentido pleno, da democracia na sociedade como condição para a existência de uma escola democrática e da justiça social como manifestação efetiva no combate a qualquer tipo de perversidade que desqualifica e coisifica o homem como objeto manipulável do capital (LIMA, 2021, p. 43).

A partir das informações citadas ao longo do texto nesta pesquisa, podemos refletir acerca da importância de se analisar todas as interferências que as leis, as Conferências Nacionais, os documentos regulatórios e as políticas públicas impactam na formação do indivíduo, e não podemos também deixar de refletir sobre os impactos de todas essas mudanças no trabalhador da educação, e de como elas têm interferido positiva e/ou negativamente em seu fazer, e principalmente o quanto elas têm impactado em sua saúde, objeto de estudo desta pesquisa. Nas linhas que se seguem, poderemos conhecer de forma mais aprofundada o contexto escolhido como objeto deste estudo.

4 CONTEXTO EDUCACIONAL DE SOBRAL

Segundo Lima (2021), um dos grandes desafios da sociedade brasileira é atingir um ensino público de qualidade para todos. Embora o acesso à escola tenha sido universalizado nas últimas décadas, a qualidade do ensino público ainda não aconteceu em sua totalidade. Deste fato, são poucos os exemplos de sistemas educacionais públicos que conseguem destaque no cenário educacional brasileiro. Um dos mais notáveis entre eles talvez seja o caso de Sobral. O município está localizado no interior do Estado do Ceará, cerca de 230 km de Fortaleza. Conforme estimativa do IBGE de 2021, a população é de 212.437 habitantes, e é o quinto município mais povoado do Estado e o segundo maior do interior.

Sobral também apresenta um dos melhores resultados educacionais do Brasil, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), indicador que mede a qualidade da educação no Brasil. Sobral apresentou uma melhora substancial em relação a 2005, o primeiro ano em que o Ideb foi medido, quando Sobral ficou na 1.366ª posição nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, entre 5.568 municípios. Na realização de uma pesquisa bibliográfica foi possível encontrar diversos autores, que explanaram em teses, dissertações e artigos acerca da experiência educacional em Sobral, o texto que segue apresenta as percepções de alguns desses autores.

Para Oliveira (2013), diversas medidas de gestão da rede pública municipal, tomadas no início dos anos 2000 e 2002, ajudaram Sobral a elevar a qualidade do ensino. Maia (2006) também destaca a importância da realização do diagnóstico feito para as disciplinas de português e matemática, inicial de leitura, realizado individualmente em toda a rede onde foi possível por meio deste saber que 58% dos alunos da terceira série não sabiam ler ou escrever, bem como a importância de, a partir desses resultados, ter ocorrido a elaboração de um plano com metas de aprendizagem claras e objetivas.

Outras pesquisas enfatizam a importância da gestão pedagógica e de sala de aula, do monitoramento do aprendizado e da coalizão político-partidária (PONTES, 2016). Becskeházy (2018) atribuiu o sucesso de Sobral à liderança política, à política estruturada de alfabetização e à gestão escolar e pedagógica eficaz. Cruz e Loureiro (2020) apresentam os fatores que contribuíram para a elevação dos índices educacionais de Sobral, dando ênfase aos seguintes aspectos: reformas preparatórias (com a reorganização da rede, o diagnóstico de alfabetização e o estabelecimento de metas); práticas pedagógicas; monitoramento do aprendizado; e melhoria da gestão escolar.

Analisadas em conjunto, tais pesquisas indicam que o diferencial na educação

pública de Sobral está relacionado a um conjunto de medidas, e não a um elemento único, e sugerem que sua eficácia advém de uma atuação sistêmica. A experiência educacional de Sobral não se esgotou no município, parte da experiência foi ampliada para o Estado do Ceará, primeiramente com o programa de alfabetização (Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC), elaborado pelo governo estadual e que hoje já é uma política pública educacional no Estado há mais de 15 anos.

Mas, para além das pesquisas supracitadas, o modelo educacional adotado pela rede de ensino municipal de Sobral, onde se atrela bonificações e premiações aos salários daqueles professores que atingem as metas, atribuindo uma responsabilização pelos resultados de aprendizagem dos alunos, é bastante questionado por diversos pesquisadores e veículos nacionais de imprensa, tais como: Entre o mérito e a Culpa⁵; A verdade sobre o Ideb de Sobral⁶; ou Sobral: 10 perguntas e respostas sobre as suspeitas de fraude na rede⁷.

Essa política de responsabilização é uma estratégia que diversas entidades internacionais divergem. A exemplo podemos citar a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), que apresentou em seu relatório de 2017, intitulado: “Responsabilização na educação: cumprir nossos compromissos”, que sistemas de bonificação de professores por desempenho tiveram efeitos prejudiciais em países nos quais foram aplicados, inclusive no Brasil. Segue trecho retirado do relatório:

[...] culpar os professores por absenteísmo e por resultados insatisfatórios em testes é, de maneira geral, injusto e não construtivo. As pessoas não podem ser responsabilizadas por resultados que dependem das ações de outros. Usar resultados de testes de estudantes para impor sanções a professores e escolas torna mais provável que eles adaptem seus comportamentos para se proteger, o que pode significar deixar os menos favorecidos para trás”, explica Manos Antoninis, diretor do Relatório GEM. A responsabilização deve começar com os governos. Se um governo é muito rápido para atribuir a culpa aos outros, ele desvia a atenção de sua própria responsabilidade de criar um sistema de educação forte e solidário (UNESCO, 2017, p. 26).

4.1 Contexto histórico e político da reforma educacional em Sobral

Segundo Sumiya (2019), a reforma educacional de Sobral começou há mais de duas décadas, a mesma teve início em 1997, no governo do prefeito Cid Ferreira Gomes. Durante a sua primeira gestão, de 1997 a 2000, a educação no município passou por várias mudanças, inserindo-se no cenário de marcos na área educacional do país, como a aprovação da nova Lei

⁵ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/educacao/entre-%E2%80%A8o-merito-%E2%80%A8e-a-culpa/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

⁶ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/vanguardas-do-conhecimento/a-verdade-sobre-o-ideb-de-sobral/>. Acesso em: 21 dez. 2021.

⁷ Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12665/respostas-para-entender-as-denuncias-de-fraude-do-ideb-e-m-sobral>. Acesso em: 21 dez. 2021.

de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e, principalmente, pelo impacto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), de 1996.

Com a implementação do fundo, Sobral, como muitos municípios brasileiros, conseguiu promover melhorias no salário do professor, realizou concursos públicos e investiu na infraestrutura da sua rede de escolas, com reformas e construção de novos prédios. A universalização do atendimento no Ensino Fundamental teve sua maior marca no período: a rede municipal de Sobral passou de 9 mil para aproximadamente 20 mil alunos, mais do que dobrando a sua capacidade de atendimento. Se incluirmos toda a educação básica municipal, houve um aumento de 157% nas matrículas, de 12.631 para 32.566 alunos atendidos (MAIA, 2006 *apud* SUMIYA 2019).

Segundo Cruz e Loureiro (2020), quando o prefeito Cid Gomes, atualmente filiado ao (PDT⁸) assumiu a prefeitura, o mesmo encontrou a rede educacional de Sobral fragmentada, com muitas escolas pequenas em condições físicas precárias, a maioria das quais em áreas rurais e com turmas multisseriadas. Os diretores escolares eram nomeados politicamente e atuavam como líderes comunitários, muitos deles com baixíssimos níveis de escolaridade, além de selecionarem professores conforme seus próprios critérios.

O primeiro passo para corrigir esse cenário, segundo estudos de Maia (2006 *apud* BECSKEHÁZY, 2018) foi:

[...] eliminar as turmas multisseriadas e reduzir o número de escolas em quase um terço – de 96 para 57. Em seguida, o prefeito seguiu melhorando a infraestrutura das escolas e a merenda escolar, além de fornecer transporte para os estudantes e, assim, aumentar a frequência dos alunos na escola. Sobral também definiu critérios técnicos para a contratação de professores e diretores (Lei Municipal de Sobral 123,1997) e aprovou um plano de carreira para os professores no ano 2000 (SOBRAL, 2000, online).

Segundo Sumiya (2019), no segundo mandato de Cid Gomes (2001 a 2004), ocorreram as maiores transformações educacionais na educação pública da cidade, pois foi quando a Secretaria de Educação de Sobral percebeu que um contingente substancial de seus alunos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental não estava apto sequer a ler palavras simples, análise feita por meio do relatório da Fundação Carlos Chagas (FCC), encomendado pelo Instituto Airton Senna (IAS) para avaliar os resultados de um Programa de Aceleração de Aprendizagem (PAA), operado pela instituição (Programa Acelera Brasil – PAB) nos 24

⁸ Foi membro do PSDB até 1996, quando filiou-se ao recém-criado PPS em setembro de 1997 (do antigo Partido Comunista Brasileiro, presidido por Roberto Freire - fundado em 19 de março de 1992).

municípios participantes de 1997, entre eles, Sobral. O relatório revelou que 40% dos alunos do 3º ano não conseguiam ler palavras simples; 32% e 74% dos alunos do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e finais, respectivamente) apresentavam dois anos ou mais de atraso escolar em relação à idade apropriada para o ano que cursavam (distorção idade-série); e 21% dos alunos nos Anos finais do Ensino Fundamental abandonavam os estudos.

4.1.1 Estratégias de enfrentamento aos baixos rendimentos de aprendizagem

A Secretaria de Educação, logo após se apropriar dos dados da avaliação, elaborou um planejamento estratégico, composto por metas para a gestão 2001-2004 (INEP 2005 *apud* BECSKEHÁZY, 2018). Segundo Sumiya (2019), das metas planejadas, a gestão priorizou as duas primeiras, e foi com foco nelas que foi estruturado o ensino que priorizava naquele momento a alfabetização. De acordo com dados auferidos pelo INEP ⁹(2005 *apud* CRUZ; LOUREIRO, 2020), descrevem que a Secretaria de Educação estabeleceu quatro grupos de ações para que essas metas fossem concretizadas, dentre elas:

Gestão institucional: dar suporte à implementação das políticas educacionais, além de fortalecer o papel de coordenação exercido pela Secretaria Municipal de Educação perante os demais atores da rede. As principais mudanças, que passaram a ser discutidas na sequência, são: a) municipalização; b) implantação do Ensino Fundamental (EF) de nove anos; c) nucleação das escolas municipais; d) criação da Superintendência Escolar no âmbito da Secretaria; e) instituição de processo de avaliação externa. □ Aprimoramento da ação pedagógica: Garantia dos pré-requisitos para a aprendizagem — a frequência de alunos e professores e o uso efetivo do tempo pedagógico — e foco claro na alfabetização, apoiado por um sistema de monitoramento e avaliação no qual os resultados dos alunos nas avaliações de aprendizado moldam as intervenções pedagógicas; □ Fortalecimento da gestão escolar: Seleção de diretores escolares com base em critérios meritocráticos e técnicos, além de fortalecer suas competências de liderança; dar às escolas autonomia administrativa, financeira e pedagógica, com a correspondente responsabilização; e enfatizar a responsabilidade das famílias pela educação de seus filhos; □ Valorização e fortalecimento da prática dos professores: realização de concursos público a cada dois anos, Aumento dos salários dos professores com base em seu desempenho, oferecendo incentivos financeiros aos que atingissem as metas de aprendizado; alocando os melhores professores em turmas de alfabetização; e fornecendo material estruturado e formação em serviço aos professores (CRUZ; LOUREIRO, 2020, p. 10).

⁹ 1. Alfabetizar 100% das crianças em processo inicial de escolarização até os 7 anos de idade. 2. Alfabetizar 100% das crianças de 8 anos ou mais, que já frequentavam as séries seguintes (2ª a 6ª séries) e que ainda não sabiam ler e escrever. 3. Regularizar o fluxo escolar no Ensino Fundamental por meio de ações que garantam as condições necessárias à aprendizagem. 4. Reduzir o abandono para percentual inferior a 5%. 5. Universalizar e qualificar o atendimento da Educação Infantil, de forma progressiva. 6. Reestruturar o sistema de ensino das séries finais do Ensino Fundamental. 7. Promover de modo progressivo a alfabetização de todos os jovens e adultos que ainda não sabiam ler e escrever. Dentre essas sete metas, as duas primeiras — alfabetizar todas as crianças — foram consideradas prioritárias. Para o enfrentamento desses desafios, é possível identificar quatro eixos principais de ação: I. Gestão institucional II. Fortalecimento da gestão escolar III. Fortalecimento da ação pedagógica IV. Incentivos profissionais e valorização do magistério Cada um desses eixos será discutido a seguir. Importante ressaltar que as principais diretrizes e ações adotadas foram garantidas em lei municipal, e que se encontram compiladas por Becskeházy (2018a, p. 202-203).

Ao longo dessas duas décadas, as políticas educacionais implementadas desde 2001 vêm sendo ampliadas pelas gestões que sucederam Cid Gomes, sendo duas gestões de Leônidas Cristino (PDT), duas de Clodoveu de Arruda (PT), e duas de Ivo Gomes (PDT), ambos pertencem ao mesmo grupo político.

4.2 Caracterização e dados educacionais

Segundo dados do Censo Escolar (2020), a rede de ensino municipal de Sobral possui 33.658 mil crianças matriculadas nas 72 escolas da Educação Infantil (EI), nas duas fases do Ensino Fundamental (Anos Iniciais e finais). A rede já tem toda sua matrícula do Ensino Fundamental municipalizada, de forma que é fornecida exclusivamente pelo governo municipal. No Ceará, diferentemente de muitos estados no Brasil, os Anos finais do Ensino Fundamental são totalmente ofertados pelos governos municipais; portanto, todos os estudantes do sistema público desse nível de ensino em Sobral estão matriculados na rede municipal. Segue detalhamento:

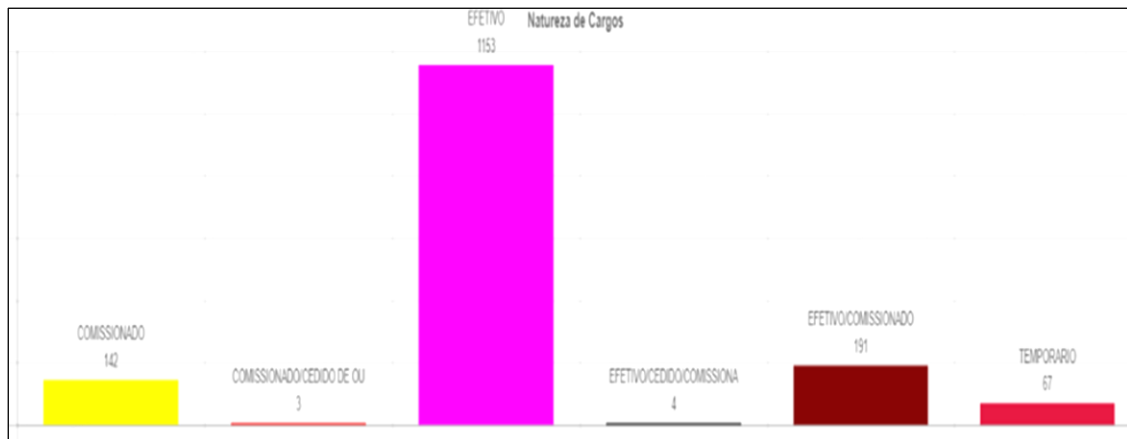
Quadro 1 – Caracterização da matrícula da rede municipal de ensino de Sobral

Caracterização	Total
Matrícula de alunos	33.658
Escolas e CEIs	72
Escolas Urbanas	45
Escolas Rurais	27

Fonte: Secretaria de educação (SEDUC).

No site do Portal da transparência municipal, é possível ter acesso a um gráfico atualizado que apresenta o quantitativo de todos os profissionais que estão exercendo função na educação municipal.

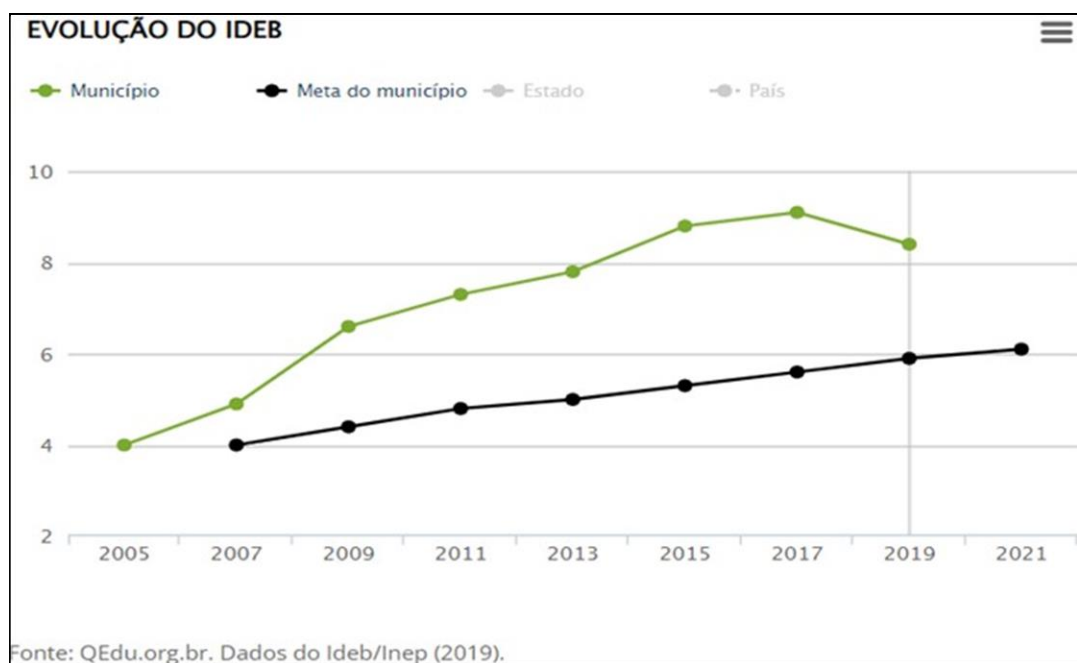
Figura 3 – Municípios que preveem no plano de carreira do Magistério dois terços de carga horária para atividades em sala de aula



Fonte: Portal da Transparência da Prefeitura de Sobral.

Ao observarmos a série histórica das notas produzidas para o (IDEB), percebe-se que Sobral demonstrava desempenho completamente regular nas avaliações da Prova Brasil, mas dentro de uma década conseguiu um dos melhores índices do país, e hoje é uma referência em políticas para a educação básica brasileira. Segue gráfico com as metas estabelecidas pelo MEC, e a evolução das notas alcançadas no IDEB.

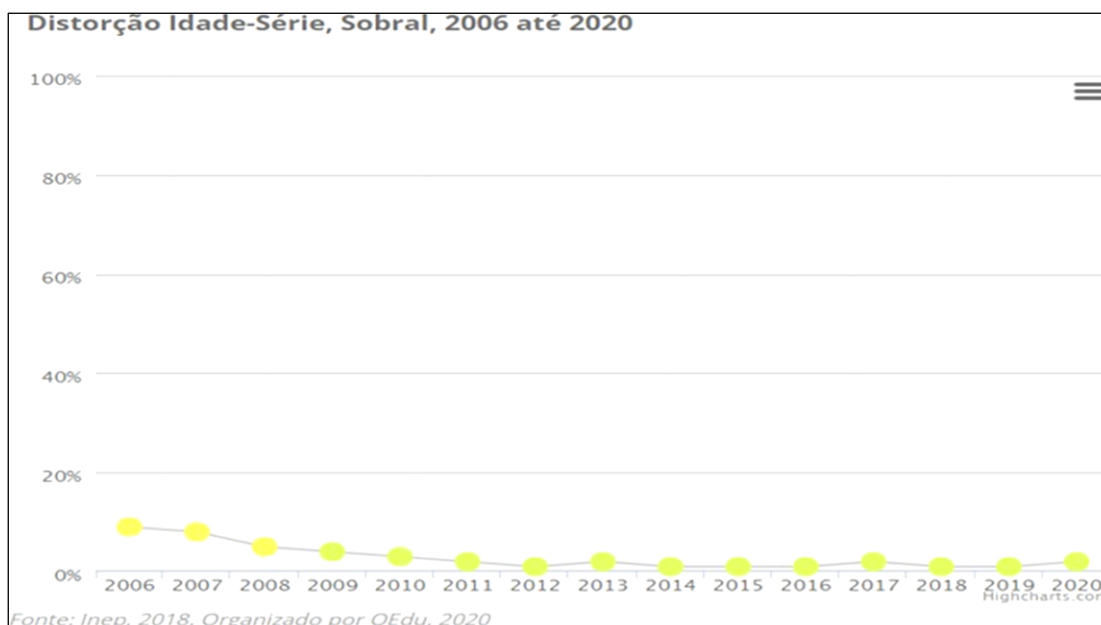
Gráfico 2 – Evolução do IDEB



Dado relevante que a rede também apresenta é o de distorção idade-série, onde a

cada 100 alunos matriculados no sistema público, apenas (2%) estão com atraso escolar de até dois anos.

Gráfico 3 – Distorção idade-série, Sobral, 2006 a 2020



Para melhor entendimento do exposto acima, a distorção se dá quando o aluno reprova ou abandona os estudos por dois anos ou mais, durante a trajetória de escolarização. Nesta situação, ele dá continuidade aos estudos, mas com defasagem em relação à idade considerada adequada para cada ano de estudo, de acordo com o que propõe a legislação educacional do país.

Mediante o cenário educacional apresentado em Sobral, pode-se refletir sobre a importância de pesquisar as condições de trabalho dos professores da rede, quais políticas públicas e ações efetivas são investidas pelo governo municipal a esses profissionais que são os grandes atores dessa “trajetória de sucesso” no município, onde as condições de trabalho docente são um dos fatores mais discutidos em todas as ocasiões em que se trata da melhoria da aprendizagem dos alunos.

Uma vez que o corriqueiro no cenário nacional é não se levar em consideração que o professor enquanto sujeito está envolvido subjetivamente em todas as ações que levam o aluno a aprendizagem, deste fato, olhar para a realidade desse segmento profissional no contexto supostamente bem-sucedido de Sobral pode ser muito útil.

Cada decisão que é tomada pelo poder público, pelas esferas de gestão nacional,

estadual ou municipal, interfere na forma de trabalho desse profissional que está em sala de aula com os alunos (OLIVEIRA *et al.*, 2002).

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção discorreremos sobre os achados da pesquisa, envolvendo aspectos pertinentes para análise e discussão, buscando articular os resultados da mesma com as principais produções científicas e teóricas mencionadas nas seções anteriores. Objetivamos também relacionar as respostas dos questionários com o exposto nas entrevistas com os docentes.

Em relação a organização das informações obtidas por meio do questionário, as mesmas foram sistematizadas em tabelas e gráficos para melhor análise das respostas. O questionário possibilitou uma percepção mais abrangente das características gerais dos participantes do estudo, como: Dados Pessoais, Formação profissional, Atuação na Rede de Ensino, Condições de Trabalho, Relações no Trabalho e Saúde e Situação de saúde-doença e a promoção da saúde.

Tabela 1 – Características dos sujeitos da pesquisa

		Total	%
Sexo	Masculino	22	24,4
	Feminino,	63	70
	Outros	05	5,6
Faixa Etária	20 a 30	17	18,8
	31 a 40	44	48,8
	41 a 50	22	24,4
	51 a 60	05	5,5
	61 acima	02	2,2
Estado Civil	Solteiro	46	51,1
	Casado	31	34,4
	Viúvo	1	1,1
	Separado	7	7,8
	Outros	5	5,6
Nº de dependentes	0	20	22,2
	1	23	25,6
	2	28	31,1
	3	11	12,2
	4	5	5,6
	5	3	3,3

Fonte: Própria autora.

Quanto aos dados que caracterizam a identificação dos participantes, tem-se a predominância do sexo feminino com 70%, quadro que não se diferencia do cenário nacional, onde as mulheres são maioria em quase todas as faixas etárias da educação básica no país. Na Educação Infantil elas representam 96,4%; nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental correspondem, respectivamente, a 88,1% e 66,8%; e, no Ensino Médio, elas representam 57,8% do total de docentes, tais dados são do Censo Escolar de 2020.

Segundo Prá e Cegatti (2016), educação e docência estão entre os espaços sociais aos quais as mulheres acederam mais cedo e se incorporaram mais facilmente ao mundo do trabalho. Esse cenário desvelou a tendência à feminização de determinadas carreiras profissionais, áreas de estudos e certos níveis de ensino, especialmente nas etapas iniciais de instrução. Nesse viés, as demandas das mulheres por acesso à educação e ao mercado laboral exigiram delas enfrentar o desafio de reservar algum lugar às tradicionais obrigações femininas derivadas da maternidade, das funções domésticas e das tarefas de cuidado.

Relativo à faixa etária, foi observado que a maioria dos respondentes se encontra entre 31 a 40 anos, correspondendo a 48,8%. Sobre o estado civil, 51,1% dos professores são casados, 34,4% solteiros, os demais são separados, viúvos ou união estável e com até 2 dependentes, 31,1%, conforme apresenta a tabela abaixo:

Tabela 2 – Distribuição total dos dados profissionais de professores atuantes na rede de Sobral

Características dos docentes		Total	%
Nível de escolaridade	Ensino Médio	0	0
	Nível Superior	39	43,3
	Especialização	44	48,9
	Mestrado	6	6,7
	Doutorado	1	1,1
Carga horária	20h	23	25,6
	40h	67	74,4

Fonte: Própria autora.

Em relação ao grau de escolaridade, observou-se que há uma predominância de professores com especialização, 48,9%; um número muito pequeno de mestres (6,7%), e doutores (1,1%), porém não existe entre os respondentes nenhum professor apenas com o Ensino Médio, o que nos mostra que a rede está cumprindo a Meta 15¹⁰ do Plano Nacional de Educação, estando em consonância com as recomendações da LDB, Lei Federal nº. 9.394/1996, em seu artigo 62, que faz referência à formação mínima dos professores para atuarem na Educação Básica: “[...] a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação” (BRASIL, 1996, online), chegando a ter 92,5% dos professores da rede com ensino superior, segundo dados do Observatório do PNE de 2020, dado superior à média Nacional que possui 86,6%.

De acordo com o Balanço PNE (2021), a Meta 15, mencionada no parágrafo anterior, não vem avançando conforme o estipulado no PNE. Segue trecho do último balanço das metas do PNE;

Em nenhuma das etapas da educação básica o avanço no percentual de docentes com formação adequada tem sido rápido o suficiente para que se atinja até 2024 o nível estipulado no plano. Na educação infantil, seria necessário o aumento em 5,58 pontos percentuais ao ano, mas desde o início do Plano Nacional de Educação o crescimento anual tem sido cerca de 2,5 p.p.. Nos anos iniciais do ensino fundamental o aumento tem sido de 2,17 p.p., quando o necessário seria em torno de 4,3 p.p.. Nas etapas posteriores da educação básica, o cenário é ainda menos animador, com o percentual de docentes com formação adequada avançando em torno de 1,2 ponto percentual ao ano nos anos finais do ensino fundamental, frente à necessidade de avançar 5 p.p., enquanto no ensino médio o cumprimento da meta dentro do prazo pressupõe um aumento de 4 p.p. ao ano, mas o que tem sido observado é um aumento de cerca de 1 ponto percentual anualmente (BRASIL, 2021, p. 16).

Para Rodrigues, Lima e Viana (2017), a valorização dos docentes é essencial para a qualidade da educação, e a formação acadêmica e continuada são elementos fundamentais para isso, visto que um professor bem formado será capaz de despertar a curiosidade de seus alunos e fazer com que mantenham atenção em suas aulas, mantendo assim o controle da turma por meio de aulas interessantes e inovadoras.

Com efeito, auferimos garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios – no prazo de 1 ano de vigência do PNE – a política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

¹⁰ Meta 15 - Formação de professores.

Contudo, se não for proporcionado aos docentes o estímulo e os recursos necessários para investimento na sua formação, o mesmo poderá não ser capaz de desenvolver as ações descritas, podendo assim ser acometido de muito desânimo e/ou a falta de estímulos necessários para planejar e ministrar suas aulas e, dessa forma, muitos podem acabar se desmotivando com sua profissão, e isso pode acarretar nos mesmos diversos problemas de ordem física e psicológica.

Os professores respondentes estão distribuídos nas seguintes modalidades de ensino, ressaltando que em alguns casos o professor atua em mais de uma modalidade de ensino.

Tabela 3 – Distribuição das modalidades de ensino

Modalidades	Total	%
Educação Infantil	31	34,4
Anos Iniciais	33	36,7
Anos Finais	31	34,4
Educação de Jovens e Adultos	2	2,2

Fonte: Própria autora.

Quanto ao tempo de docência foi observado que 16,7% atuam nessa área há menos de 5 anos, 35,6% atuam entre 6 a 10 anos, 36,7% atuam entre 11 e 20 anos, e 11,1% já atuam há mais de 20 anos.

Gráfico 4 – Há quanto tempo trabalha como professor na rede municipal de ensino de Sobral?



Fonte: Própria autora.

Observa-se que a maioria do corpo docente (52,3%) tem menos de 10 anos de experiência, ou seja, é uma equipe que ainda tem um longo caminho de aprendizagem e contribuições no sistema educacional.

Cericato (2017) apresenta em seus estudos reflexões acerca do trabalho de professores iniciantes, e afirma que:

Os cinco primeiros anos de docência podem ser vividos de maneiras diferentes para cada docente. Para um grupo, existe a luta entre o desejo de abandonar a profissão e o desejo de se firmar na carreira do magistério. Essa luta decorre de um sentimento de falta de preparo – suposto ou real – para o exercício docente a um não saber se fazer aceitar como professor, aliado a condições difíceis de trabalho, como, por exemplo, excessivo número de alunos, escolas sem condições mínimas de atuar por falta de material, situada em locais isolados e com um sistema de colocação profissional que pode determinar que a um professor, no mesmo ano letivo, sejam atribuídas aulas por períodos curtos, sucessivos ou independentes de tempo.

Em pesquisa no site da Prefeitura de Sobral, foi possível ter acesso a portaria de matrícula (PORTARIA Nº 142/2021), que é rigorosamente acompanhada pelo setor de gestão escolar da SEDUC, para que nenhuma escola fique com salas superlotadas e para que cada escola sempre disponha de materiais suficientes para realização do trabalho docente. Isso também ficou claro na fala do professor (P7), que discorre:

[...] antes eu lecionava na rede privada, mas te confesso que aqui não vejo diferença, pelo contrário, temos mais condições para fazer nosso trabalho, eu sou professora de Ciências e não sei se você conhece os laboratórios Maky, que são ponta de linha, temos nosso currículo próprio e os alunos super amam minhas aulas, temos um suporte do formador da EFAPEGE que nos orienta como usar os materiais, temos livros, enfim só não dar boa aula quem não quiser (P7).

Para Cericato (2017), o período inicial do docente se configura como fundamental para adesão à carreira docente, pois é nesse momento que se constitui a fase do “aprender a ensinar”, que para ela tem sido deixada de lado pelos governos públicos. Em seus estudos a mesma apresenta que:

O Brasil registra um número elevado de professores iniciantes; muitos não contam com adequada formação e atuam em condições precárias. Esse quadro é agravado “pela falta de políticas e programas direcionados a este período de iniciação do desenvolvimento profissional do professor, em que se intensificam as incertezas das escolhas feitas e as primeiras sistematizações práticas (CERICATO, 2017, p. 281).

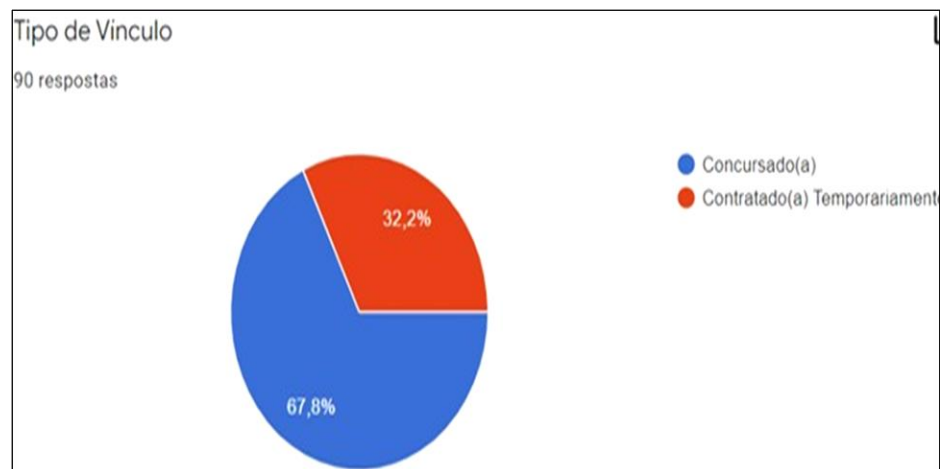
Ferreira (2016), apresenta em seus estudos pesquisa internacional sobre políticas e programas de apoio ao professor iniciante, destacando que:

[...] dentre 25 países estudados, apenas 10 indicaram ter programas obrigatórios de iniciação à docência: Austrália, Coreia do Sul, França, Grécia, Inglaterra, País de Gales, Irlanda do Norte, Japão, Suíça e Escócia. Em 6 países a iniciação fica a critério

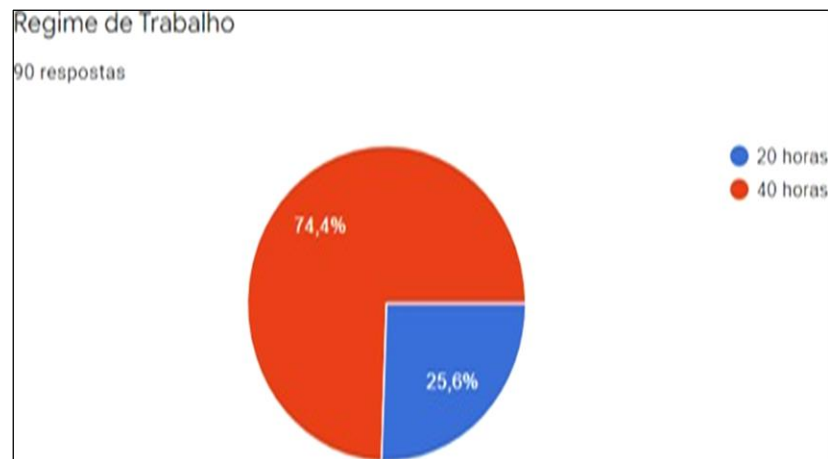
das escolas e em 8 países não há programas formais. A autora informa ainda que na América Latina são raros os programas institucionalizados, dentre eles, destacam-se Argentina, México e Chile. Na Colômbia, embora exista a preocupação com a inserção dos novos docentes, o processo de acompanhamento ocorre de maneira informal e voluntária, uma espécie de apadrinhamento profissional, cujo vínculo se estabelece pela boa vontade (ANDRÉ, 2012 *apud* FERREIRA, 2016, online).

Aqui encontramos apontamentos que indicam que na rede existe uma política focada na inserção dos professores iniciantes na carreira, o que pode explicar o baixo número de abandono de carreira do sistema educacional, que chega a 1,1%, segundo dados informados pela Secretaria de Educação. Quanto à situação trabalhista, (67,8%) dos professores entraram no sistema educacional via concurso público, e 32,2% trabalham 40h semanais.

Gráfico 5 – Tipo de vínculo



Fonte: Própria autora.

Gráfico 6 – Tempo de trabalho

Fonte: Própria autora.

Esses fatores facilitam as relações de trabalho e o desenvolvimento de ações contínuas, instigando uma formação de identidade profissional que não compromete o desenvolvimento de um trabalho coletivo e de qualidade no interior das escolas, uma vez que não há por parte desse público de professores efetivos, uma rotatividade de atuação em diversas escolas. Para Silva (2017), um cenário onde as condições de trabalho são garantidos pelos governos é essencial para a consolidação do processo de profissionalização docente, pois a condição de atuar em lugares distintos em um mesmo dia levando o docente a percorrer distâncias consideráveis, mudando constantemente seu ambiente de trabalho e suas relações interpessoais, acarreta em desconforto físico, psíquico e emocional.

Sobre a importância de atuação numa mesma escola, o professor (P1) relatou em entrevista que:

[...] antes de me efetivar na rede municipal, eu trabalhava na rede estadual e atuava em 4 escolas, isso era uma loucura, pois eu não criava vínculo com colegas, alunos e gestão, vivia correndo de um lado para outro, com medo de chegar atrasado e isso era inevitável. Aqui não, eu já estou aqui nessa escola há 6 anos, já conheço os pais, os alunos eu já conheço dos anos anteriores, tenho amigos professores e sei como é o trabalho da gestão [...].

Foi perguntado acerca da jornada de trabalho dos professores, e 33,3% responderam que a sua carga horária ultrapassava a jornada de trabalho.

Gráfico 7 – Seu horário de trabalho extrapola seu contrato?



Fonte: Própria autora.

Em entrevista com os docentes, o P2 relata que:

[...] chega um certo mês do ano, tipo por volta de abril, nós que estamos nas séries de alfabetização, já começamos a ficar meia hora depois do nosso horário de trabalho, com um grupo de alunos que não conseguem acompanhar o que dou na aula mesmo, eles precisam de algo a mais; [...] Preciso fazer isso para não perder minha gratificação, pois preciso bastante desse valor a mais no meu salário, mas também pelo fato de poder garantir que meus alunos realmente aprendam [...].

Na fala do professor P2, observa-se duas grandes preocupações, a primeira delas diz respeito ao alcance das metas de aprendizagem estabelecidas, considerando que caso isso não ocorra os mesmos perdem as bonificações atreladas ao seu salário, o que acarretará um impacto financeiro na vida dos docentes, e a segunda é a de que esse profissional realmente apresenta um desejo de que seus alunos alcancem os níveis de aprendizagem previstos para aquela série, movimento esse que se apresenta principalmente quando se analisa o coletivo escolar, uma vez que em outras falas, os docentes apresentam um nível de satisfação alto pelo fazer docente.

Conforme o exposto acima, aqui podemos retomar o que concluiu a UNESCO em seu Relatório de monitoramento Global da Educação de 2017, cujo documento traz à luz os fatores prejudiciais de sistemas de educação que adotam a responsabilização do professor pelos bons ou maus resultados na aprendizagem dos alunos, isso fica expresso em:

Há uma tendência clara de transferir para as escolas as responsabilidades educativas e administrativas. Juntamente com a introdução de sistemas de responsabilização mais fortes, essa tendência aumenta a carga de trabalho e requer habilidades adicionais por parte dos professores e dos líderes escolares, o que pode conduzir a reclamações: no Reino Unido, por exemplo, 56% dos professores relataram que a coleta e a gestão de dados causaram trabalho desnecessário. Os professores necessitam de habilidades para avaliar o desempenho dos estudantes, analisar dados e utilizá-los para ensino. No entanto, muitos professores se sentem mal preparados para usar dados. Um estudo nos Estados Unidos mostrou que dois terços dos professores não têm facilidade em usar dados para melhorar o ensino, e muitas vezes acham excessivo o volume desses dados (UNESCO, 2017, p. 23).

Ademais, percebe-se na fala desse professor o compromisso e a necessidade por atingir as metas estabelecidas, tornando-se esse fator um elemento que pode ser produtor de estresse e ansiedade, pois uma vez que esses resultados não são alcançados, ocorre frustração nos docentes, situação que nos leva à constatação de que a busca incessante pelo alcance das metas sem as devidas condições é um fator que instiga pressão sobre o trabalho exercido pelos docentes, causando mal-estar e adoecimento entre os professores.

Tal questão nos remete ao pensamento do sociólogo Ruy Braga (2016), que nos leva a refletir sobre a relação de exploração no trabalho, segundo o referido autor, sempre que um trabalhador tem sua mão de obra submetida para além das condições mínimas de remuneração e proteção para aquela atividade, este está passando por um processo de exploração e violação de direitos. No capitalismo, isso é o normal, e na dinâmica neoliberal do capitalismo contemporâneo, na qual a retirada de direitos é uma das características mais marcantes, isso é ainda mais intenso (PARANÁ, 2020).

Outra temática relevante para esse estudo foi a de saber sobre o tempo para planejamento das aulas, sendo que para 46,7% deles o tempo disponibilizado é suficiente, já para 22,2% esse tempo é disponibilizado apenas ocasionalmente, e 4,4% responderam que nunca possuem tempo para planejar suas aulas.

Gráfico 8 – Você tem tempo para planejar e/ou estudar?



Fonte: Própria autora.

Na seção 3 deste estudo foi apresentado uma tabela contendo o percentual de municípios que preveem no seu Plano de Carreira do magistério os dois terços de carga horária para atividades fora da sala de aula, número que ainda é bastante preocupante, uma vez que dos municípios com população entre 100 mil a 500 mil habitantes, escala que inclui Sobral, apenas 71,3% garantem o tempo de planejamento aos docentes, tempo já garantido e expresso no PNE

na Meta 18 (Lei nº 13.005/2014), que “[...] obriga que a União, os estados, municípios e Distrito Federal garantam planos de carreira e remuneração para os profissionais da educação escolar básica pública, denominação definida no artigo 61 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”(BRASIL, 1996, online), que é de extrema relevância não só para um aperfeiçoamento da profissão, mas também necessário à saúde do professor.

O Ministério da Saúde expõe que a carga horária de um trabalhador é um processo fundamental na formação psíquica de um sujeito, e uma vez que esta ultrapassa os limites suportáveis por uma pessoa, esta pode impactar nas ações do tipo biológico, físicas e neurais, bem como causar alterações psicológicas, levando os profissionais ao adoecimento (BRASIL, 2011). Sobre essa temática, o Professor/a (P3) relata que:

[...] pra mim isso foi uma grande conquista dos professores, da nossa classe inteira sabe, pois com a lei do piso, passamos a ter tempo de fazer tudo na própria escola. Antes eu vivia com as rumas de livro de casa para a escola, os finais de semana eram praticamente sucumbidos com correções de provas e planejamentos de aula [...]. Após a lei do piso, eu consigo realizar todos os trabalhos da escola no meu próprio turno, te confesso que só depois dela, eu soube o que é ter final de semana, pois eu tinha uma rotina exaustiva, não sabia o que era lazer e nem tinha tempo para minha família. Foram tempos difíceis, mas que melhorou muito com o determinado para o planejamento, hoje aqui na escola nós não abrimos mão disso por nada na vida (Professor/a 03).

Percebe-se na fala do/a professor(a) entrevistado(a), que há uma forte referência à “Lei do piso”, nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Essa lei se tornou obrigatória, cujo objetivo é garantir um teto salarial mínimo para todos os professores, pois por muito tempo essa categoria não tinha sequer a garantia de um piso remuneratório padronizado em todo o país.

O artigo 5º da Lei Federal sancionada em 2008 pelo então Presidente Lula diz que o reajuste salarial dos profissionais do magistério da educação básica deve ser realizado anualmente em primeiro de janeiro. A atualização é calculada utilizando o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente por portarias interministeriais assinadas pelo Governo Federal (CONFETAM/CUT, 16/02/2022).

Nesta pesquisa também buscamos saber sobre a satisfação salarial, ou seja, quão satisfeitos estão os professores da rede em relação a sua remuneração.

Gráfico 9 – Seu salário valoriza seu trabalho?



Fonte: Própria autora.

Os professores também expressaram sobre o que pensam sobre a valorização em relação a seus salários, onde cerca de 56,7% deles acham que o salário que recebem não reflete uma ação de valorização pelo trabalho que exercem. Possivelmente, o sentimento de desvalorização é acentuado pela baixa remuneração, e os docentes não visualizam que há uma política de valorização salarial que reconheça o desempenho e esforço dos mesmos, observa-se isso não apenas nas respostas ao questionário, bem como nas falas dos entrevistados.

[...] depois de 21 anos como professora nessa rede, vejo que não tenho a remuneração adequada. Me sinto no direito de atender as necessidades da minha família e infelizmente ganhando o que ganho, isso não é possível (Prof 09 da rede municipal de ensino de Sobral).

Esse dado vai ao encontro com o que é apresentado na pesquisa “Educação no Brasil: uma perspectiva internacional”, publicado em 2021 pela OCDE (A publicação foi elaborada a pedido das organizações brasileiras *Todos Pela Educação* e *Instituto Sonho Grande*, que forneceram informações valiosas sobre o contexto do País e seus avanços na formulação de políticas), mostrando que os salários dos professores no Brasil são baixos em relação a outras profissões de nível superior, e o país também apresenta um dos pisos salariais mais baixos entre todos os países da OCDE.

Os professores recebem menos do que outros trabalhadores com formação superior no Brasil, especialmente na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, onde os salários ficam em torno de 80% da média dos profissionais do Ensino Superior. Esse fato contrasta com as tendências de outros países emergentes da América Latina, onde os salários dos professores são iguais ou superiores aos de outros trabalhadores de nível superior (OCDE, 2021, online).

Possivelmente essa insatisfação com os baixos salários, leva cerca de 48,9% dos trabalhadores docentes da rede a complementar sua renda mensal com outras atividades remuneradas, visto que conforme a fala do professor (P09), o salário que ganha é insuficiente para manter a sua família.

Gráfico 10 – Você complementa sua renda com atividades extras?



Fonte: Própria autora.

Buscando uma complementação de renda, automaticamente a carga horária desses profissionais aumenta para além das horas já dedicadas ao sistema educacional, o que pode acarretar um prejuízo na saúde dos docentes. A carga horária de trabalho docente compreende uma dimensão física e outra psíquica que influenciam direta e indiretamente a saúde e a vida dos professores (CRUZ *et al.*, 2016). Dessa forma, compreende-se que o excesso de tempo dedicado a atividades laborais pode comprometer a saúde física e mental dos professores, alterando a cadeia relacional e comportamental desse sujeito no meio em que vive. Sobre essa questão o Prof. (P3) diz:

Eu tenho uma rotina semanal cansativa, pois tenho que dar aulas também numa instituição particular, pois é lá que meus dois filhos estudam e não posso deixar de trabalhar, pois só meu salário da prefeitura não seria suficiente para pagar as escolas deles.[...] Rezo todo dia para que eles terminem logo o ensino médio e eu possa sair de lá e ficar somente aqui.” (Prof. de escola municipal de Sobral, 2022).

Aqui podemos confirmar as reflexões teóricas apresentadas na seção 3, considerando o pensamento dos Moura, Ribeiro, Castro e Nunes (2019), que trazem à tona as implicações das condições de trabalho para o adoecimento docente, uma vez que segundo os mesmos uma carga horária excessiva de trabalho compromete a saúde do trabalhador.

Este é apenas mais um dos desdobramentos do capitalismo, em que o trabalhador não presta seu serviço apenas para atender às suas necessidades, mas precisa fornecer

trabalho excedente, o que torna sua tarefa ainda mais degradante, inclusive na área educacional (MOURA *et al.*, 2019, p. 10).

Em síntese, observa-se que Sobral, apesar de garantir o valor do piso salarial dos professores, segue as mesmas problemáticas nacionais em relação aos valores remuneratórios da profissão docente, que são insuficientes para garantir que essa classe seja realmente valorizada pelo esplêndido serviço prestado a sociedade. Sabendo que os docentes apresentam uma insatisfação salarial, buscamos saber sobre as percepções dos professores sobre quão adequado são as condições de trabalho nas escolas que lecionam.

Gráfico 11 – Suas condições de trabalho são adequadas?



Fonte: Própria autora.

Ao contrário do que pensam acerca do salário, o mesmo não ocorre quando se pergunta sobre condições de trabalho, chegando a 74,4% deles responderem que sempre ou frequentemente os mesmos dispõem de condições de trabalho adequadas. O número de docentes que responderam que nunca dispõem de material suficiente para realização do seu trabalho foi de 4,4%. Esses números ficaram expressos também na fala dos professores:

Já estou na rede há mais de 20 anos e já passei por situações bem difíceis, como ter que comprar pincel, trabalhar em escolas com estruturas péssimas, era tanto mofo que eu adoecia e as crianças também. Hoje nesse ponto não tenho o que reclamar, pois a estrutura da escola é excelente sabe, tenho material a vontade para fazer qualquer atividade que eu queira e tenho um suporte muito bom da Coordenadora Pedagógica da escola.[...]Nossa escola é muito visitada por pessoas do Brasil inteiro, todos ficam admirados com o que temos aqui em Sobral, pois dispomos de boas bibliotecas, laboratórios, material pedagógico bom, sem falar que nosso planejamento e formação mensal são rigorosamente garantidos, e tudo isso facilita meu trabalho (Professor 04, de escola municipal de Sobral).

Corroborando com as afirmações expressas nos dados acima, perguntou-se ainda

sobre o nível de satisfação dos professores no trabalho. Os dados revelaram que 74,4% sempre ou frequentemente estão satisfeitos no trabalho, mesmo percentual de professores que afirmam ter boas condições de trabalho, confirmando que se o poder público proporciona boas condições de trabalho aos docentes, consequentemente se terá profissionais satisfeitos no trabalho. Porém, ainda existe um percentual de 23,3% que dizem que essas boas condições de trabalho ocorrem de forma ocasional.

Gráfico 12 – Como se classifica seu nível de satisfação no trabalho?



Fonte: Própria autora.

Segundo o Anuário da Educação Básica 2020, os docentes brasileiros têm a percepção de que a sua profissão é pouco valorizada: apenas 11,4% dos professores acreditam que recebem a devida valorização dos órgãos competentes. Tomando esse dado como parâmetro, observa-se que na rede, apesar da insatisfação salarial, existe uma percepção diferente do dado apresentado no Anuário da Educação Básica (2020), existindo um número elevado (74,4%) de docentes que se sentem satisfeitos com sua profissão, apesar desse reconhecimento não se materializar no salário que os mesmos recebem. Isso se confirma nas falas do Prof (P11) e (P3):

Eu amo a minha profissão, saber que eu posso impactar a vida de tantas crianças, é o que me move, principalmente porque estar, assim né, nessa escola, é a melhor parte, pois a gente vibra com a conquista de cada um de nós aqui, nós gostamos de ficar em evidência, aprender umas com as outras, aqui nós nos ajudamos todo dia, se uma está conseguindo ir bem com sua turma nós tentamos ajudar, é um clima de ajuda constante, é um privilégio poder acordar todo dia e saber que vai para um ambiente agradável (P11, prof da rede municipal de Sobral).

Eu gosto do meu trabalho e amo o que faço, aqui na escola eu tenho ótimas relações com os colegas, gestores e alunos. Sobral é uma cidade que se destaca, isso é fato e me orgulho de ser efetiva aqui, porém acredito que justamente, pelo fato de termos chegado até aqui, é que poderíamos receber salários mais altos, porque veja bem,

como não tem lógica, você ser os melhores do Brasil, mas de longe ter o melhor salário do Brasil, você me entende? (P3, prof da rede municipal de Sobral).

Rocha (2017) ressalta que a satisfação é um componente fundamental no trabalho, pois se relaciona diretamente com a saúde psíquica e o bem-estar do trabalhador, em caso contrário a insatisfação acarreta em desamparo e desalento que permeia a vida privada do indivíduo afetando seu comportamento fora do trabalho.

O autor afirma ainda que a satisfação no ambiente de trabalho é considerada um estado emocional resultante da avaliação que uma pessoa faz do seu fazer naquele ambiente, e está atrelado ao quanto ele pode colaborar para o crescimento individual e dos seus pares. Sobre essa conceituação, Locke (1976 *apud* ROCHA, 2017) apresenta dois aspectos considerados como elementos essenciais da satisfação no trabalho, a saber:

(a) um componente cognitivo, que diz respeito ao que o indivíduo pensa e a suas opiniões sobre o trabalho e (b) um componente afetivo ou emocional, que diz respeito a quão bem uma pessoa se sente em relação a um trabalho, sugerindo que a satisfação no trabalho é baseada parcialmente no que o indivíduo pensa e parcialmente no que o indivíduo sente.

Seguindo com o que foi pesquisado, perguntou-se sobre o quão reconhecidos eles se sentem nas escolas que atuam e qual sentimento é expresso ao exercer o papel de professor.

Gráfico 13 – Sente-se reconhecido no seu local de trabalho?



Fonte: Própria autora.

Gráfico 14 – Em geral qual seu sentimento ao ir para o trabalho?



Fonte: Própria autora.

Entre os respondentes, um número expressivo de 80%, afirmaram que se sentem animados ao ir para seu local de trabalho, e 71,7% sempre ou frequentemente, sentem-se reconhecidos nesses ambientes. Na entrevista procuramos saber os elementos que levam os servidores a se sentirem bem nas instituições escolares.

[...] eu sei que é histórico a desvalorização da nossa profissão, é tanto que se você perceber, sabe, os jovens daqui mesmo da cidade, não querem mais se formar nas faculdades de professor, você sabe como é né? Mas eu particularmente me sinto muito bem na minha escola, aqui é um clima bom, sabe, todo mundo se ajuda enós gostamos de atingir bons resultados, nossa diretora é muito bacana, sabe. Ela não é como umas e outras por aí, que só pensam em resultados, a preocupação dela é de que a gente seja um verdadeiro time e é isso que faz com que Sobral sedestaque nos resultados, sem falar que o fato de acordar todo dia querendo vim trabalhar, sem estresse, é bom demais. Eu mesma já trabalhei numa cidade vizinha que aquilo era um inferno, os colegas, a diretora, os pais, tudo era difícil por lá, nemimitava o ambiente daqui (Professor 1, da rede municipal de Sobral, 2022).

É importante aqui abordarmos acerca da influência do reconhecimento no processo de saúde/adoecimento e nas relações interpessoais do trabalhador. O reconhecimento é um fenômeno amplamente discutido no campo da psicologia, principalmente pelas correntes teóricas da Christophe Dejours, e da Clínica da Atividade, proposta por YvesClot.

[...] o reconhecimento do trabalhador, assim como seu esforço e investimento na tarefa, se faz necessário, já que é nesse reconhecimento que esse trabalhador encontra a possibilidade de dar sentido ao sofrimento por ele vivenciado no trabalho, podendo ser capaz de transformar o sofrimento em prazer (SILVA; BATISTA, 2015, p. 422).

De acordo com as reflexões trazidas pelos supracitados autores, o reconhecimento no trabalho é compreendido como elemento primordial para dar sentido ao fazer laboral, bem como ajudar o trabalhador a formar sua identidade social e emocional, o que vai lhe possibilitar a construir elementos de defesa, possibilitando-o transformar possíveis sofrimentos no ambiente de trabalho em prazer, pois os mesmos entendem que quando a dinâmica do

reconhecimento não acontece, o trabalhador se vê obrigado a se engajar em estratégias defensivas, na tentativa de evitar a doença mental (SILVA; BATISTA, 2015).

Corroborando com as reflexões do autor, apresentamos as respostas relacionadas ao que motiva os professores a exercerem essa profissão. O fator predominante foi a realização profissional, onde 52,2% dos professores se sentem realizados profissionalmente, e 45,6% atrelaram sua motivação ao ambiente de trabalho. Apenas 18,9% são motivados pelo salário, o que vai ao encontro do dado já apresentado anteriormente, que mostra a insatisfação salarial dos professores.

Tabela 4 – Distribuição das respostas relacionadas ao que motiva a vida profissional dos professores

Motivos	Total	%
Ambiente de trabalho prazeroso	41	45,6
Realização Profissional	47	52,2
Salário	17	18,9

Fonte: Própria autora.

Até aqui os dados estatísticos nos mostram uma dicotomia na rede, pois ao passo que temos professores insatisfeitos com a questão salarial, fator esse que predominantemente é um forte elemento que leva uma categoria à desmotivação, temos também docentes que encontram no ambiente de trabalho o reconhecimento necessário para lhes dar a motivação para realizar seu trabalho, mesmo esse não sendo remunerado conforme o seu desejo. Nesse cenário, cabe-nos aqui refletirmos sobre o conceito de realização profissional. Conforme o pensamento de Oliveira-Silva (2015, online), a “[...] realização profissional diz respeito às crenças das pessoas sobre suas metas profissionais, sendo definida como a percepção de ter atingido as metas de carreira mais importantes ou a avaliação positiva de estar no caminho certo para atingi-las”.

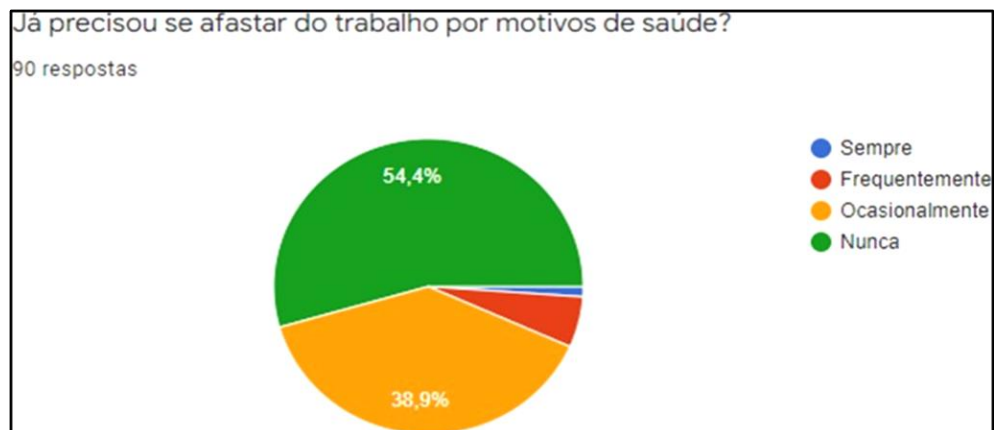
Condizente com o mesmo conceito, Porto (2019, p. 45) afirma que:

O conceito de realização profissional, aborda critérios individuais em relação à consecução de metas, representando um conceito cognitivo, que leva em consideração valores profissionais e pessoais para entender e categorizar as metas de carreira. As pessoas podem experimentar realização profissional não apenas alcançando bem-estar subjetivo e florescimento no trabalho, mas também quando avaliando que estão no caminho certo ou percebendo que contribuíram de alguma forma para atingi-las. Portanto, a realização profissional não é apenas sobre os fins –é também sobre os

meios.

Levando em consideração os achados estatísticos da pesquisa até aqui, onde os docentes apresentaram forte insatisfação salarial, uma inconformidade com a política de responsabilização dos professores pelo alcance das metas de aprendizagem, mas que também apontam para uma satisfação com o ambiente de trabalho, e afirmam estarem realizados na função que exercem, direcionamos o último bloco de perguntas do questionário para conhecermos mais sobre o processo de saúde-doença e a promoção da saúde, bem como os motivos que levam os professores a se afastarem da sala de aula.

Gráfico 15 – Distribuição das respostas relacionadas ao que motiva a vida profissional dos professores



Fonte: Própria autora.

Sobre já terem se afastado da sala de aula em algum momento do ano, (39,9%) já o fizeram mesmo que de maneira ocasional, e 6,7% se afastam com frequência ou sempre. Esse dado mostra que a rede municipal se distancia muito pouco dos dados nacionais, segundo Viana (2017), um percentual de 51,5% dos profissionais da educação já tiveram que se afastar das suas atividades por algum motivo de saúde. Isso nos remete a refletir acerca do fazer docente, que está imbuído por situações que levamos docentes a abandonarem sua profissão, tirarem licenças para tratamento de saúde e se readaptarem de função.

Considerando que existe um percentual de professores que se afastam com maior frequência, e para melhor compreendermos essa questão, perguntamos sobre os motivos desses afastamento.

Gráfico 16 – Já se afastou do trabalho por alguma dessas doenças?



Fonte: Própria autora.

Dos dados apresentados no gráfico, os números que se apresentam de forma mais expressiva são os de (Síndrome de Burnout) 14,4%; (Síndrome de pânico e/ou alto estresse) 12,2%; e (problemas nas cordas vocais) 11,1%. Vale discorrer aqui sobre as consequências dessas doenças para os trabalhadores docentes.

Nesse sentido, é relevante entendermos mais sobre os três motivos que se apresentaram mais expressivos quando o assunto foi os motivos do afastamento dos docentes da sala de aula. Na rede, 14,4% sinalizaram que sofrem de Síndrome de Burnout, fenômeno que afeta com muita intensidade os profissionais da educação, sendo algo resultante da interação complexa entre aspectos individuais e o ambiente de trabalho do professor. Este ambiente a qual está inserido este profissional, inclui todos os aspectos da profissão, tais como os fatores macrossociais inerentes às políticas educacionais e fatores sócio-históricos.

Segundo Fontes (2020), a síndrome de Burnout é uma das consequências mais marcantes do estresse profissional, e se caracteriza por exaustão emocional, avaliação negativa de si mesmo, despersonalização, depressão e insensibilidade com relação a quase tudo e todos. Para esse mesmo autor, o Burnout nesta classe de profissionais tem sido considerada um fenômeno psicossocial relevante, pois afeta não somente a categoria, mas também o ambiente educacional, interferindo na obtenção dos objetivos educacionais em que se refere a aprendizagem dos alunos, uma vez que os profissionais acometidos por esta síndrome desenvolvem um processo prejudicial em si mesmos, e a instituição de ensino. Isto fica claro em:

Burnout em professores afeta o ambiente educacional e interfere na obtenção dos objetivos pedagógicos, levando estes profissionais a um processo de alienação, desumanização e apatia e ocasionando problemas de saúde e absenteísmo e intenção de abandonar a profissão (MARCO, 2016, p. 45).

Aqui se chama a atenção para o que colocam os autores Benedetti e Marco (2016) acerca dos possíveis fatores desencadeantes de umas das fases do mal-estar docente:

[...] A Síndrome de Burnout é compreendida como uma das tristes consequências do desmantelamento do ensino público, ao lado do esvaziamento do trabalho docente e da queda vertiginosa dos níveis de aprendizado dos alunos [...]. O Burnout, uma das fases do mal estar docente, compreende um quadro de desgaste, exaustão, esgotamento psicofísico e emocional decorrente da submissão contínua e intensa, na vida profissional, a estressores interpessoais (indisciplina, desrespeito, agressão verbal e física, desinteresse discente, falta de apoio ou de organização dos gestores), emocionais (falta de autonomia, excesso de atribuições, impotência diante das dificuldades do magistério, falta de autoridade) e físicos (poluição sonora, altas temperaturas, falta de espaço físico e de infraestrutura básica), a tal ponto de incapacitar o professor de permanecer exercendo suas funções (BENEDETTI, MARCO, 2016, p. 11).

Além do motivo acima citado, os professores da rede municipal de Sobral também apontaram a síndrome do pânico e/ou alto estresse (12,2%), como um dos motivos do afastamento da sala de aula. Esse percentual fica expresso na fala do Prof (P8):

Um dia acordei com uma moleza, um cansaço monstro, e quando iniciei a aula comecei a sentir uma queimadura no meu rosto, nesse momento só passava coisas ruins nos meus pensamentos, uma angústia tomou conta de mim, meu coração começou a bater acelerado e aí comecei com uma falta de ar repentinamente, com uma suadeira, e uma tremedeira tão grande. Por sorte, uma coordenadora ia passando no corredor e me ajudou, ao ser levada ao hospital fui diagnosticada com alta crise de ansiedade encaminhando-se ao pânico. Fiquei por uns tempos afastada, fiz tratamento psicológico e hoje consigo trabalhar pois aprendi a controlar as crises (Professor da rede municipal de Sobral, 2022).

Embora os professores pesquisados apontem o Burnout e o estresse como principais motivos para o afastamento dos docentes, o que a literatura aponta é que o adoecimento mental ainda é marcado pela dificuldade do diagnóstico, pois essas causas geralmente são subdimensionadas, haja vista a saúde mental do trabalhador não ter a mesma atenção dos gestores que as doenças físicas. Esse é um tema que chama a atenção, conforme pesquisa realizada em 2019 pela Nova Escola com aproximadamente cinco mil docentes, onde 60% se queixam de sintomas de ansiedade, estresse e dores de cabeça, e 66% já sofreram com fraqueza, incapacidade ou medo de ir trabalhar.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), também realizou pesquisa sobre essa temática, entrevistando 762 profissionais da educação de várias regiões brasileiras, apontando que 71% dos profissionais de educação da rede pública ficaram afastados da escola por apresentarem problemas psicológicos e psiquiátricos. A maior incidência se deu nos casos de estresse provocado por situações de insegurança, com 501 ocorrências (65,7%), seguida pela depressão (53,7%).

Ao analisarmos os dados apresentados na rede, percebemos que a mesma também

apresenta os fatores psicológicos (estresse e burnout) como principais motivos de afastamento, embora que em percentuais inferiores à média nacional, visto que “[...] estudos brasileiros sobre a Síndrome de Burnout, desenvolvido em mais de 1000 escolas, mostrou que 26,3% dos professores apresentam alta exaustão emocional, componente da Síndrome de Burnout” (BIROLIN, 2019, p. 1256).

Isso nos leva a refletir que o fato de os profissionais apresentarem um bom nível de satisfação, sentirem-se reconhecidos no seu ambiente de trabalho e apresentam bem estar ao exercerem seu trabalho, pode explicar esses baixos índices de adoecimento psicológico. Grifase aqui que trabalhamos com as informações fornecidas pelos pesquisados e que não foi aplicado nenhum teste psicológico ou usado outro mecanismo profissional que possa confirmar a existência de fatores de adoecimento psicológico.

Outro motivo mencionado pelos professores, que também é um forte gerador de afastamento da sala de aula, são os problemas com as cordas vocais. Cerca de 11,1% deles já apresentaram problemas como esses, problema que comumente afeta essa categoria. Segundo os dados da CNTE (2017), há pouco tempo, a perda de voz era a campeã entre as doenças que afastavam professores, mas fatores como deterioração das condições de trabalho e agressividade dos alunos alteraram esse ranking, deixando as doenças psicológicas como predominantes.

De acordo com a pesquisadora e fonoaudióloga Adriane Mesquita (2020), que compõe o Núcleo de Estudos de Saúde e Trabalho do Programa de Pós-graduação em Ciências Fonoaudiólogas, 86% dos trabalhadores docentes ou que usam exclusivamente a voz como instrumento de trabalho apresentam algum sintoma vocal e, mais da metade falta pelo menos uma vez por ano por motivo de saúde, e as causas mais frequentes são rouquidão e perda de voz.

Buscamos ouvir dos professores sobre a que eles atribuem o adoecimento docente, e registramos depoimentos ligados a um frágil apoio de material pedagógico, problemas relacionais e principalmente a pressão por melhores resultados de aprendizagem dos alunos. Vale ressaltar que nenhum dos entrevistados citou problemas de infraestrutura, superlotação de salas de aula e nem condições precárias para execução do seu trabalho. Segue trechos da fala de docentes de escolas diversas, acerca dos motivos que levam os professores ao adoecimento;

[...] trabalho excessivo, indisciplina dos alunos e o principal, uma grande desvalorização do trabalho que eu faço [...] (Professor/a: 3).

Estresse, falta ficar louca trabalhando os sons das letras com as crianças usando a voz repetidamente, durante o dia, com esse tal de sistema fonético [...] (Professor/a: 1).

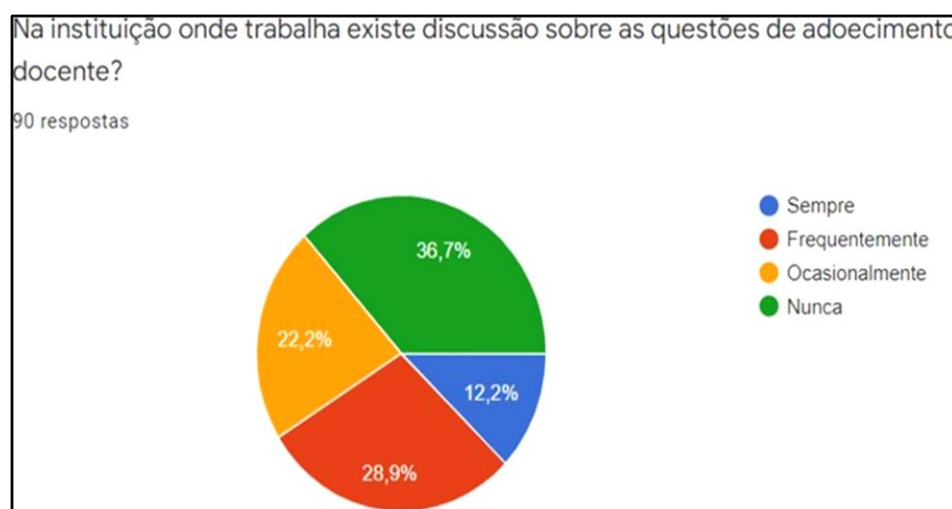
As salas de aulas num calor excessivo, imagina essa cidade com escolas sem ar-condicionado? Isso só gera problemas de saúde entre alunos e professores. No meu

caso, adquiri uma bairra pneumonia, supomho que foi por conta dessa situação (Professor/a: 5).

Situações de constrangimento, devido aos resultados das avaliações, só me causa tristeza, uma sensação de ser incapaz e de achar que só eu não alcançou bons resultados (Professor/a:2).

Após conhecermos os principais motivos pelos quais os docentes se afastam, buscou-se conhecer também sobre como a gestão municipal se relaciona com a temática da saúde dos professores, para isso perguntamos o quanto a escola discute sobre o adoecimento docente.

Gráfico 17 – Na instituição onde trabalha existe discussão sobre adoecimento docente?



Fonte: Própria autora.

Aqui um percentual de 41,1% responderam que na sua unidade escolar sempre ou frequentemente há discussões sobre o adoecimento docente, porém ao somarmos o número de professores que ocasionalmente ou nunca discutem esse tema na sua unidade escolar, ele chega a 58,9% , dado preocupante, visto que essa é uma temática relevante, uma vez que a promoção da saúde perpassa pelo contato constante de informações que ajudem o docente a buscar elementos que previnam o adoecimento mental, pois esse pode estabelecer-se de modo gradual.

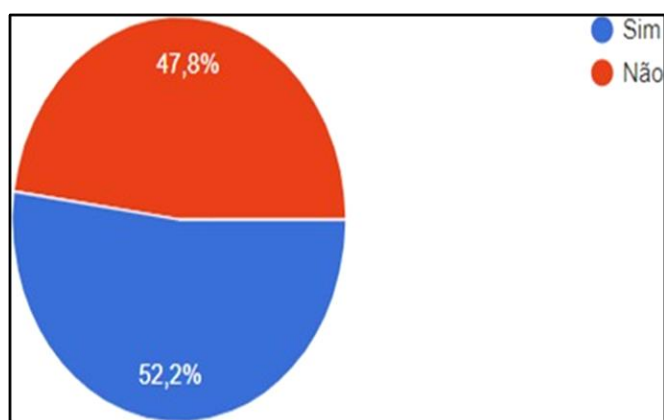
Para Oliveira (2019), o adoecimento mental se refere a eventos que o indivíduo não encontra estratégias para lidar com situações que são consideradas por eles como adversas. Essas podem surgir de formas diversas, inclusive fora do ambiente da sala de aula, como por exemplo em conflitos entre os colegas de trabalho, entre a gestão e conflitos com situações avessas ao professor, que são próprias da instituição.

Considerando-se a relevância da saúde mental, entende-se que o adoecimento dessa

natureza na docência afeta não somente o professor, mas também a escola e todo o sistema educacional, daí a importância de um investimento sistemático por parte dos gestores públicos em ações que possam prevenir o adoecimento dos docentes.

Para além do que é promovido individualmente por cada unidade escolar, é importante buscarmos saber qual o papel da Secretaria de Educação na promoção da saúde dos docentes, por isso perguntamos se eles já participaram de alguma formação promovida pela Secretaria de Educação, cuja temática foi a Saúde física e emocional do professor.

Gráfico 18 – Já participaram de uma formação promovida pela Secretaria de Educação, cuja temática foi a Saúde física e emocional do professor

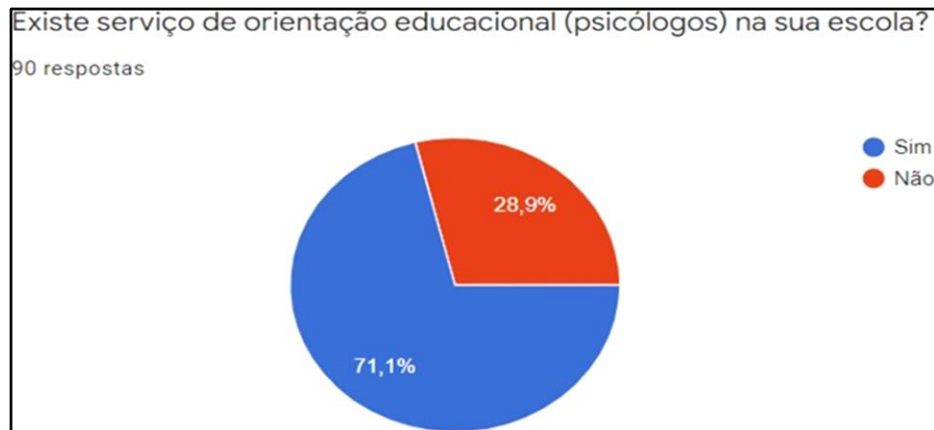


Fonte: Própria autora.

Mais da metade dos professores (52,2%) afirmaram que já participaram de momentos formativos promovidos pela Secretaria de Educação sobre saúde física e emocional.

Para saber mais sobre o trabalho dos orientadores educacionais (Psicólogos escolares), perguntamos aos professores se existe esse profissional em sua unidade escolar e qual o impacto do trabalho do mesmo na promoção da sua saúde.

Gráfico 19 – Existe serviço de orientação educacional (psicólogos) na sua escola



Fonte: Própria autora.

Essa constatação nos leva a concluir que não existe esse profissional em todas as unidades escolares, porém onde existe, a resposta acerca da inserção desses profissionais na escola é muito bem aceita, isso ficou expresso nas falas abaixo:

Estão sempre dispostos a estar conosco nas mais diversas situações. Fazendo do nosso ambiente de trabalho o melhor dentro das possibilidades ofertadas (P1).

É assim, um trabalho tipo ajudando com a orientação nas competências sócio emocionais e ajudando com orientações a alunos que apresentam problemas, o que já é uma ganho super relevante, pois não estamos preparados e nem temos tempo para resolver certas situações (P4).

Me ajuda no trato com os alunos e colegas, pois sempre promovem momentos para que isto aconteça, por meio de rodas de conversas, pois é um momento de escuta e diálogo (P5).

Ela ajuda no controle de emoções e conversas sobre assuntos diversos no que tangea formação pessoal e educacional dos discentes, bem como a satisfação profissional deles! (P6).

Ajuda no crescimento dos profissionais, passando tranquilidade, segurança, responsabilidade na área de trabalho, ele é hoje fundamental pra nós (P10).

É válido aqui ressaltar a importância desse profissional na escola pública, bem como sua relevância na prevenção e promoção da saúde mental dos professores. Andrade (2017) *et al.* reafirmam essa premissa, dizendo que:

A prevenção e promoção da saúde docente é foco das ações do psicólogo escolar, para os quais a promoção da saúde constitui uma estratégia fundamental no contexto escolar, partindo-se da necessidade de buscar o desenvolvimento global do indivíduo, estimulando suas competências e favorecendo sua integração junto à comunidade escolar (p. 69).

Com o exposto acerca do pensamento dos teóricos que embasaram esse estudo, bem como pelas respostas e falas dos docentes, podemos afirmar que a promoção da saúde e a

prevenção da doença, é certamente um caminho mais fácil do que o tratamento de uma doença já instalada. Havendo assim a necessidade de o poder público compreender a importância da criação de políticas públicas para prevenção e promoção da saúde docente, visto que, várias pesquisas apoiadas pela UNESCO e pela OCDE evidenciam o impacto do adoecimento docente na qualidade da educação, sendo de suma relevância um forte investimento por parte dos gestores públicos na melhoria das condições de trabalho dos professores, pois é na sala de aula e na escola que se veem mais diretamente refletidas as consequências do mal-estar docente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que esta pesquisa teve por objetivo analisar a relação saúde/doença e as condições de trabalho dos docentes da rede municipal de ensino de Sobral, a investigação desenvolvida na mesma nos proporcionou um passeio pelo adoecimento no trabalho sobre a óptica abstrata, literária e prática do fazer docente, partindo do pressuposto que o mal-estar docente é uma questão urgente e prioritária.

Por meio desta pesquisa foi possível constatar que no trabalho realizado pelos docentes dessa rede existem indícios de componentes de adoecimento, permeando-os com as queixas que vão desde a esfera física (problemas nas cordas vocais), até queixas psicológicas (síndrome de Burnout, síndrome do pânico e/ou alto estresse/pânico).

Para que pudéssemos atingir o objetivo proposto, foram utilizados como fontes de informações a pesquisa bibliográfica e a valiosa contribuição de 90 (noventa) professores(as) respondendo um questionário, e 18 (dezoito) professores(as) participando das entrevistas. Sobre esses números nos chamou a atenção a grande procura voluntária de docentes buscando participar desse estudo, mesmo esse tendo sido fechado pela questão do curto tempo que se teve para a conclusão dessa pesquisa, mas ainda hoje Professores da rede, ao conhecerem a temática do estudo por outros colegas, entram em contato perguntando como poderiam participar, não restando dúvida, do quanto a temática sobre o adoecimento é relevante para esses professores.

No desafio de alavancar uma educação que é "ovacionada" como destaque nacional, os professores da rede municipal têm que lidar com um largo número de avaliações e cumprimento de metas. Identificamos que nas estratégias usadas para a realização desse "sucesso" do sistema educacional foram criadas políticas de incentivo, bonificações e premiações para os docentes, o que os leva a uma responsabilização pelo sucesso ou insucesso dos dados que são emergidos ao país por meio dos resultados dessas avaliações.

Um dos achados desta pesquisa fez emergir conteúdos que exprimem as condições de trabalho e as queixas associadas ao adoecimento, tais como: insatisfação salarial, necessidade de complementação de renda extra, pressão por cumprimento de metas de aprendizagem, e adoecimento mental (síndrome de burnout, síndrome do pânico e /ou alto estresse). Mas também encontramos uma rede onde os professores se dizem satisfeitos, reconhecidos nos ambientes escolares e motivados com a profissão que exercem.

Como síntese, os dados estatísticos nos mostram uma dicotomia na rede, pois ao passo que temos professores insatisfeitos com a questão salarial e com indícios de adoecimento

psicológico, tendo que ter o compromisso e a necessidade de atingir as metas estabelecidas, tornando-se esse fator um elemento que pode ser produtor de estresse e ansiedade, uma vez que esses resultados não são alcançados, ocorre frustração nos docentes, situação que nos leva à constatação de que a busca incessante pelo alcance das metas sem as devidas condições é um fator que instiga pressão sobre o trabalho exercido pelos docentes, causando-lhes mal-estar e adoecimento entre os professores.

Porém, temos também um elevado número de docentes que afirmam encontrar no ambiente de trabalho o reconhecimento necessário para lhes dar a motivação e satisfação no trabalho, os mesmos afirmam ainda que possuem materiais e equipamentos que são suficientes para realizar um bom trabalho. Baseados nesses dados, podemos dizer que os indícios de adoecimento – especialmente os relacionados a queixas psicológicas encontrados nos dados estatísticos – por mais que estejam abaixo da média nacional, estão atrelados principalmente aos fatores salariais, uma vez que há uma insatisfação do corpo docente, o que os leva a buscar uma renda extra, e por vez faz com que o professor extrapole sua carga horária.

Os caminhos para futuras discussões estão sendo lançados como sementes, por esses 90 (noventa) professores. Todos ainda na efetiva docência em escolas públicas, e apesar de suas rotinas de trabalho estressante e árdua, acreditando que seriam ouvidos e melhor compreendidos, por meio desse estudo acadêmico dedicaram parte de seu tempo no preenchimento do instrumental de pesquisa, acreditando nascer por meio desses um grito de alerta para a criação de políticas de prevenção e promoção da saúde, desses que diuturnamente lutam por uma educação melhor para aqueles que tanto precisam.

Deste modo, conclui-se que, no trabalho desses professores, pode haver manifestações do adoecimento mental no trabalho, que lhes acarretam dor e sofrimento, ao mesmo tempo satisfação e prazer.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, M. M. T. O início da carreira docente e as dificuldades enfrentadas pelo professor iniciante. **Revista @mbienteeducação**, [S.l.], v. 10, n. 2, p. 276 - 288, jul. 2017. Disponível em: <https://publicacoes.unicid.edu.br/index.php/ambienteeducacao/article/view/48/82>. Acesso em: 03 jul. 2022.
- AKKARI, A. A agenda internacional para educação 2030: consenso “frágil” ou instrumento de mobilização dos atores da educação no século XXI? In: **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 17, n. 53, p. 937-958, 2017.
- ANÍSIO TEIXEIRA. **Vencendo o desafio da aprendizagem nas séries iniciais**: a experiência de Sobral-CE. Brasília: Inep, 2005.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e acentralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2015. (Edição especial de 20 anos.)
- ANTUNES F.; PERONI, V. Reformas do Estado e políticas públicas: trajetórias de democratização e privatização em educação. **Brasil e Portugal, um diálogo entre pesquisas**. v. 30, n. 1, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21814/rpe.7399>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- ADORNO, T. W. **Textos Escolhidos**. Trad. Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Os Pensadores).
- BATISTA, D. J. S. A relação entre reconhecimento, trabalho e saúde. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte: MG. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, v. 8, n. 2, jul.-dez., 2015, p. 415-427.
- BALLONE, G. J. Síndrome de Burnout In: **PsicWeb Psiquiatria Gera Internet, bem-estar do trabalhador**. São Paulo. SP: Casa do Psicólogo, 2002.
- BANDURA, A. Regulation of cognitive processes through perceived self-efficacy. **Developmental Psychology**, v. 25, 1989. p. 725-739.
- BARROS, D. F.; COSTA, M. G. Prática Educativa em Ambientes Escolares e Não-Escolares: Atribuições Profissionais do Pedagogo Social, Empresarial e Hospitalar. **IV FIPED Fórum Internacional de Pedagogia**, Paraíba, p. 1-15, 2012.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. Burnout: O processo de adoecer pelo trabalho. In: BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. (Org.), **Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Burnout: Quando o Trabalho Ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: 3 ed., Casa do Psicólogo, 2008.
- BENEVIDES-PEREIRA, A. M. T. **Caderno Universitário n. 18**. Universidade Luterana do Brasil, Canoas 2001, 52 p.
- BISPO, A. A. Estress e Trabalho Assistentes Sociais na Mira da Burnout. In: RODRIGUES, M. L.; LINENA, M. M. C. (Org.). **Metodologias Multidimensionais em ciências humanas**.

v. 14, Brasília: Liber Livro Editora, 2006. 176p.

BUUNK, B. P.; SCHAUFELLI, W. B. Burnout: A perspective from social comparison theory, 1993. In: SCHAUFELLI, W. B, C.; MASLACH; T. MARECK (Orgs.). **Professional burnout: Recent developments in theory and research**. Washington, DC: Taylor. p. 53-69.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Universo 2020**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/sobral/panorama>. Acesso em: 29 jan. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar 2021**. Disponível em: <http://inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 3º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2020**. Brasília: Inep, 2020.

CARLOTTO, M. S.; PALAZZO, L. S. Síndrome de Burnout e fatores associados: um estudo epidemiológico com professores. **Caderno Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 5, maio 2006.

CARNEIRO, R. M., **Síndrome de burnout: um desafio para o trabalho do docente universitário**. 2010. 86 f. Dissertação (Mestrado multidisciplinar em sociedade tecnologia e meio ambiente). Centro Universitário de Anápolis - UniEVANGÉLICA, Anápolis. 2010.

CERICATO, I. L. Sentidos e Significados da Docência, segundo uma Professora Iniciante, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo/SP – Brasil. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 729-746, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623657738>. Acesso em: 10 maio 2021.

COSTA, F. R. C. P.; ROCHA, R. Fatores estressores no contexto de trabalho docente. **Revista Ciências Humanas**, v. 6, n.1, p. 18-43, 2013.

CHERNISS, C. The role of professional self-efficacy in the etiology and amelioration of burnout, 1993. In: SCHAUFELLI, W. B, C.; MASLACH; T. MARECK (Orgs.). Washington, DC: Taylor and Francis. **Professional burnout: Recent developments in theory and research**. Washington, DC: Taylor and Francis. p. 135-149.

CRUZ, L.; LOUREIRO, A. **Alcançando um nível de educação de excelência em condições socioeconômicas adversas: o caso de Sobral**, 2021. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/778741594193637332/pdf/Achieving-World-Class-Education-in-Adverse-Socioeconomic-Conditions-The-Case-of-Sobral-in-Brazil.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2022.

FONTES, F. F.; HERBERT, J. Freudenberg e a constituição do burnout como síndrome psicopatológica. **Memorandum: Memória e história em Psicologia**, v. 37, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.35699/1676-1669.2020.19144>. Acesso em: 20 maio 2021.

FERREIRA, L. G. Desenvolvimento profissional e carreira docente: diálogos sobre professores iniciantes. **Acta Scientiarum Education**, v. 39, n. 1, 2016. p. 79-89. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/actascieduc.v39i1.29143>. Acesso em: 01 jun. 2021.

GARCIA, W. F. **O sujeito ubíquo: indústria cultural digital e semiformação em tempos**

neoliberais wanderley. Piracicaba-SP, 2020.

GOMES, P. Política e Educação sob o olhar de Paulo Freire. **Educação Infantil Online**, v. 1, n. 1, Jan./Apr. 2021, p. 11. Acesso em: 21 jan. 2022. Disponível em: <https://periodicos.editorialaar.com/index.php/educacaoinfantilonline/article/view/18/16>. Acesso em: 10 jan. 2022.

JBEILI, C. Burnout em professores. **Questionário 2008**. Disponível em: <http://www.chafc.com.br>. Acesso em: 08 nov. 2021.

LEITE, S. Psicólogo e algumas práticas no serviço público estadual de saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 17, 1997. p. 35-39.

LEITÃO, K. S. **Síndrome de Burnout**: percepções dos professores envelhecendo dos programas de pós-graduação em educação da UFT. 70f. Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2020.

MASLACH, C.; LEITER, M. R. **The truth about burnout**: how organization cause, personal stress and what to do about it. San Francisco: Jossey-Bass, 1997.

MINHOTO, M. A. P.; VITORINO, A. M.; BOCK, K. C. S. O adoecimento docente na rede pública municipal de educação de São Paulo. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 15, out. 2021.

MUSSI, R.; MUSSI, L. M.; ASSUNÇÃO, E. T.; NUNES, C. P. Pesquisa quantitativa e/ou qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. São Paulo, 2019.

MINHOTO, M. A. P.; VITORINO, A. M.; BOCK, K. C. S. O adoecimento docente na rede pública municipal de educação de São Paulo. **Jornal de Políticas Educacionais**. v. 15, out. 2021.

MOURA, J. S.; RIBEIRO, J. C.; CASTRO NETA, A. A.; NUNES, C. P. A precarização do trabalho docente e o adoecimento mental no contexto neoliberal. **RPD**, Uberaba-MG, v. 19, n. 40, p. 1-17, jan/abr. 2019.

NETO, M. S.; PETEADO, R. Z. Mal-estar, sofrimento e adoecimento do professor: de narrativas do trabalho e da cultura docente à docência como profissão. **Saúde Soc.** São Paulo, v. 28, n. 1, p. 135-153, 2019.

NASCIMENTO, K. B.; SEIXAS, C. E. O adoecimento do professor da Educação Básica no Brasil: apontamentos da última década de pesquisas. **Revista Educação Pública**, v. 20, n. 36, 22 set. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/josepho-adoecimento-do-professor-da-educacao-basica-no-brasil-apontamentos-da-ultima-decada-de-pesquisas>. Acesso em: 10 abr. 2021.

NOVÓIA, A. Firmar a Posição como professor, afirmar a profissão docente. Tema em destaque: Didática e formação de professores. **Cad. Pesqui.** v. 47, n. 166, Oct-Dec. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/198053144843>. Acesso em: 29 dez. 2021.

OLIVEIRA-SILVA, L. C.; PORTO, J. B. Bem-estar subjetivo e florescimento no trabalho: O impacto da realização profissional. *Revista de Administração Mackenzie*, 22(1), 2021. p. 1-25. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ram/a/bYryXsGX97sVdxhVZgQ7qGg/?lng=pt&format=pdf>. Acesso

em: 05 jan. 2022.

OLIVEIRA, T. F.; LINS, V. L.; SILVA, R. M.; FONTOURA, Léia Viviane. Qualidade de vida no trabalho: um estudo comparativo entre professores de escola pública e privada. **Psicologia Argumento**, v. 34, n. 85, 2016.

QUESTIONÁRIO preliminar de identificação da Burnout, elaborado e adaptado por Chafic Jbeili, inspirado no Maslach Burnout Inventory – MBI. Disponível em: http://www.chafic.com.br/index_arquivos/Question%E1rio%20Jbeili%20para%20identifica%E7%E3o%20da%20burnout.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2022.

ROCHA, C. J. Educação e emancipação na teoria crítica da sociedade de Theodor W. Adorno Griot. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia Brasil. **Revista de Filosofia**, v. 19, n. 2, 2019, p. 194-217.

SILVA, H. M. R. **Ideologia, Fetichismo e Educação em Slavoj Žižek**. Hanna Maria Ramos Silva. 2017. 94 f.

SHAPIRA-LISHCHINSKY, O.; RAFTAR-OZERY, T. **Leadership absenteeism acceptance, and ethical climate as predictors of teachers' absence and citizenship behaviors**. Educational Management Administration & Leadership, 2016.

SUMIYA, L. A. **Sobral e a garantia da aprendizagem de todas as crianças**. 2019.

UNESCO. **Marco da educação 2030**: Declaração de Incheon. Incheon, Coreia do Sul: UNESCO, 2015.

UNESCO. **Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990. UNESCO, 2015.

VIEIRA, J. D. Pesquisa sobre Saúde e condições de trabalho dos(as) profissionais da Educação Básica pública. Brasília, ago. 2017.